

O familismo amoral e as redes de parentesco: dominância social

João Gaspar Rodrigues *

SUMÁRIO: 1. Introdução. 2. O feudalismo no Brasil-colônia: lineamentos históricos. 3. O familismo na história brasileira e universal. 3.1. O conceito de familismo. 3.2. A função da família no processo de socialização do indivíduo. 3.3. A feudalidade das relações sociais no Brasil de hoje. 3.4. O filhotismo brasileiro. 4. Os grupos privilegiados e a herança social. 5. Conclusão.

“A Nação precisa que os filhos lhe falem sempre, nas horas decisivas, como quem fala de coração. O futuro depende em grande parte de um movimento atual de franqueza e de coragem. O tempo de ser **bom moço** já não é mais de hoje. Cada qual deve a si mesmo o respeito de dizer a palavra da consciência, com desinteresse e calma...” (E. Roquette-Pinto, *Ensaços de antropologia brasileira*, p. 10).

“Raros os homens que dizem o que pensam e escrevem o que sentem” (Humberto de Campos).

1. Introdução

Investigar as causas do nosso sofrimento social e político, sem as desfraldar como justa reprovação e propagar pela palavra escrita ou falada as reformas desejáveis, não passa de gesto escolástico e vazio de sentido. Reproduzir sem moralizar, é trabalho de romancista: belo, mas, num primeiro momento, estéril. O verdadeiro objetivo da ciência, como declara Lester Ward, é beneficiar o homem. Uma ciência que não consegue isso, por mais agradável que seja seu estudo, carece de vida, de utilidade. Passa a ser um divertimento erudito para iniciados ou uma ciência morta.

A realidade social não requer apenas pintores que a aprisione e a reproduza, em momentos estáticos e em traços

* Promotor de Justiça do Amazonas; Pós-graduado em direito penal e processo penal pela Universidade Cândido Mendes/RJ; Autor dos livros: *O Ministério Público e um novo modelo de Estado* e *Tóxicos: uma abordagem crítica da Lei n. 6.368/76*.

esteticamente ficcionais. Os problemas já conhecemos de há muito, e de tanto serem martelados tendem a incomodar como o ranger de uma porta, insensibilizando-nos. Que esperamos para propor modelos de ação e de reforma? Que se constitua uma nova ciência da corrupção, da malandragem ou da cretinice oficial? Tal não é possível. Esta prudência conservadora, que manda esperar que a ciência se constitua (se desenvolva e crie dogmas) para iniciar uma ação reformista, ignora a premência da situação; ignora ainda, que não se muda só com conhecimento, mas com vontade, assim como, se caminha não por saber as leis da física e do equilíbrio dos corpos, mas porque, efetivamente se caminha. Às vezes, devemos assumir riscos e avançar à frente da ciência, pois muitas vezes serve-se mais à vida com nossas impressões e sensações que com os preconceitos e as racionalizações científicas.

“É evidente - diz Durkheim - que é preciso viver e que temos muitas vezes de andar à frente da ciência. Neste caso, fazemos como podemos, utilizando os rudimentares conhecimentos científicos de que dispomos, completando-os com as nossas impressões, as nossas sensações, etc. Nessa altura não corremos riscos, é verdade, mas é por vezes necessário arriscar”. A ciência vai mais devagar; precisa de tempo, sobretudo para se tornar praticamente utilizável; e tempo - com sua irmã colaça paciência - é o que não temos. As gerações se degradam e levam neste processo de contaminação, outras que mal despertaram para a construção da vida social.

Para moldar a vida dos homens, o impulso é mais eficaz do que o propósito consciente, dizia Bertrand Russell. Aliviado do peso de elucubrações transcendentais e metafísicas, e como um soldado de equipamento leve, avancemos no campo inimigo para trabalhar com os dados já existentes, visando aperfeiçoá-los.

Ouçamos o que diz um moderno sociólogo americano¹:

“O processo implicado na análise correta das forças societárias é monótono e prolongado. Os problemas sociais, especialmente os mais urgentes, devem ser tratados conforme surjam; a sociedade não pode esperar que se conheçam todas as causas e que se desenvolvam métodos científicos para estudá-las (...).

Mesmo nas áreas em que o conhecimento é suficientemente sólido para permitir lidar eficazmente com os problemas, poucas tentativas são feitas para aplicá-lo às situações

¹ Samuel Koenig, *Elementos de sociologia*, p. 354.

adequadas. O conhecimento de como lidar com um problema não garante sua aplicação. Ele deve ser primeiro aceito pelos membros de uma sociedade, e essa aceitação (...) é sempre cercada de obstáculos, como a dificuldade de provar a eficácia da solução proposta e a quase invariável resistência à inovação. (...) O conhecimento das causas de problemas sociais não implica necessariamente o conhecimento de como eliminá-los, ou mitigá-los”.

O problema da interferência do familismo nas engrenagens do serviço público está a exigir antes uma solução prática, experimental, do que uma racionalização científica, dado o caráter crônico dos assaltos familísticos à seiva da riqueza nacional. O conhecimento disponível destas imperfeições sociais é suficiente para indicar a natureza do problema e o tipo de abordagem necessário. Falta-nos, entretanto, a vontade firme de combatê-las e extirpá-las de nosso meio. Por isso nos interessa, agora, bater na tecla correta, a da solução. Debater o problema encambulhado com as prováveis soluções, se não traz algo de definitivo no horizonte da ciência social prática, habitua-nos na educação da polêmica, da contestação e da crítica. E de quebra, atribui ao discurso doutrinário um tom mais incisivo, prático e educativo.

Os ensinamentos repassados nos bancos escolares não nos habilitam ao enfrentamento dos movimentos subterrâneos da vida social (até porque, parece uma luta contra fantasmas). Recebemos uma paisagem colorida e, na prática, temos de conviver com uma desoladora imensidão em preto-e-branco. E no torvelinho dessa maré, a dúvida nos assalta, carregando o espírito de indagações. Qual a função da educação formalizada? É um comitê de propaganda e transmissão de normas (e padrões) prevalentes na sociedade ou uma alavanca para estimular a crítica científica de qualquer natureza? É apenas uma instituição de transmissão mecânica dos fatos históricos sem avançar sobre os erros cometidos e os acertos possíveis (e desejáveis)? A opção por qualquer das duas alternativas dará um índice seguro do grau de desenvolvimento, modernização e amadurecimento de determinada sociedade.

A sociedade moderna, dada a complexidade cada vez maior da ciência, da técnica e a extrema heterogeneidade de padrões, requer de seus membros um grande número de habilidades racionais e uma postura, até certo ponto, científica. Não obstante, asseveram Rumney e Maier, “há um limite para a ênfase dada pela sociedade moderna à razão e à verdade verificável: ela não consegue admitir que

a orientação cognoscitiva e crítica face ao mundo seja a mais importante.

Daí procurarem as escolas, o maior das vezes, formar técnicos em lugar de pensadores e cientistas. O *scholar*, o persistente pesquisador da verdade, é culturalmente falando, um tipo periférico [e marginal] e não um tipo central. O diplomado ideal de uma escola superior é, sobretudo, um indivíduo perfeitamente domesticado, inteligente sem ser excessivamente brilhante, bem informado sem ser sobrecarregado de conhecimentos(...) politicamente imparcial, porém firmemente conservador”².

Não fará parte a nossa estrutura universitária, com suas insuficiências críticas, da cruel engrenagem para frear o desenvolvimento social? Qualquer escola, em qualquer lugar ou país, é sempre um instrumento ideológico. Todas as instituições escolares contribuem, com um grau maior ou menor de eficácia, para justificar e conservar as sociedades em que existem. Não é sem razão a afirmação de Marx de que a classe detentora dos meios de produção material dispõe igualmente, e por isso mesmo, dos meios de produção mental, de tal forma que lhe estão também submetidas, no conjunto, as idéias daqueles não possuidores dos meios de produção mental.

Quase toda educação tem um motivo político, diz Bertrand Russell. Visa ao fortalecimento de algum grupo, nacional, religioso, ou até mesmo social, na competição com os demais grupos. Em geral, esse é o motivo que determina quais os assuntos ensinados, o conhecimento oferecido e o conhecimento negado, como também o que decide quais os hábitos mentais se espera que os alunos adquiram. Dificilmente se faz alguma coisa para fortalecer o crescimento interior da mente e do espírito; de fato, aqueles que mais educação tiveram são, muito freqüentemente, atrofiados em sua vida mental e espiritual, desprovidos de impulsos e possuidores, apenas, de certas aptidões mecânicas que ocupam o lugar do pensamento vivo³.

Não se pode negar que o sistema educacional, aqui e acolá, forme jovens críticos, analíticos e razoavelmente desprovidos de preconceitos, mas não no que diz respeito a problemas sociais. Em tudo que se relaciona com os rumos sociais do pensamento e da ação, sujeitos a controvérsias e polêmicas, o sistema é inflexível. Pode ensinar a pensar claramente, mas ao mesmo tempo, sobre o que se deve pensar. É como dá com uma mão e retirar com outra.

² *Sociology: the science of society*, p. 154.

³ Bertrand Russell, *Princípios de reconstrução social*, p. 107.

No Brasil, tanto na educação elementar quanto universitária, o objetivo é antes produzir crença do que pensamento – somos educados para acreditar; antes obrigar os jovens a manter opiniões positivas a respeito de assuntos duvidosos do que permitir que vejam a dúvida e se sintam encorajados à independência mental. Não se busca a verdade, mas o desejo de ter como verdade determinado credo. E com isso fincam-se na cabeça das novas gerações velhos hábitos e preconceitos, tornando-os um fator decisivo na vida prática do indivíduo.

Uma educação adequada e fértil deveria criar no indivíduo uma desenvolvida capacidade crítica e uma maneira justa de pensar, que o impeça de agir sob a simples sugestão ou impulso, seguindo passivamente o comportamento tradicional. Educado por esta forma, impelido a agir racionalmente, o indivíduo não é facilmente manobrado por agitadores de massas ou por preconceitos de grupos. Reluta em acreditar prontamente⁴. Pensa e considera todas as idéias como possíveis ou prováveis em vários graus e sem certeza absoluta, analisando com critério e cautela todas as provas. O exercício da boa cidadania requer indivíduos intelectualmente independentes e insubmissos ao dogmatismo político. É o ideal revolucionário da **cidadania esclarecida**.

É curioso observar o conceito que um sociólogo americano (Giddings) dá sobre uma pessoa educada. Segundo ele, um homem, ou mulher, educado é aquele que descobriu a maior parte dos modos pelos quais os seres humanos têm feito asneiras, aquele que refletiu sobre esses modos durante bastante tempo e com suficiente seriedade para desenvolver uma aversão a eles. Uma pessoa educada sabe quais as idéias e práticas que foram quase universalmente desacreditadas entre povos civilizados, quais as geralmente desacreditadas, embora grandes grupos ainda se atenham a elas, quais as que se estão tornando desacreditadas e quais as que são desacreditadas pelos peritos que as estudaram exaustivamente⁵.

O certo é que o exercício da crítica social reformista torna-se, por vezes, um movimento antipático e incômodo aos apologistas (e beneficiários) dos interesses assentados. A reação é natural. Afinal, a crítica científica e as controvérsias sobre aspectos sacrossantos e não-racionais da sociedade, podem contribuir para uma radical mudança,

⁴ Em lugar de credulidade, o objetivo da educação deve ser o de estimular a dúvida construtiva, o atrativo da aventura mental, o sentimento de conquistar novos espaços pelo empreendimento e pela ousadia do pensamento.

⁵ *Apud* Koenig, 1970:188.

com desestabilização da aconchegante coesão social, com arrefecimento do doce calor do grupo.

As deformações sociais – familismo, nepotismo etc. – que no Brasil saltam aos olhos até dos menos observadores, prosseguem tranqüilamente seu curso histórico, por conta de uma conhecida incapacidade crítica. Sem compreender o que *existe*, com suas conexões históricas, não podemos apontar o que *deve ser*. Quando se é ensinado ou condicionado a acreditar que as coisas devem permanecer no estado em que estão, quando nossa vontade funciona automaticamente regulada pelos hábitos, não há razão para nos inquietarmos, perguntando o que elas deveriam ser, nem, por conseqüência, o que elas são. Não se pode deduzir o que se deve fazer do que se faz (mecanicamente).

Meu objetivo é submeter o familismo, como forma de parasitismo social, a um estudo científico, e não a um ataque difamatório. Para isto recorri a uma abordagem interdisciplinar - sociológica, antropológica, histórica e política -, ao escarafunchar as causas que levam a este estereotipado comportamento (anti-) social.

2. O feudalismo no Brasil-colônia: lineamentos históricos

O Brasil, embora não tenha vivido cronologicamente o período da Idade Média e do feudalismo, apresentou (e apresenta, como será mostrado) relações sociais tidas como específicas da Idade Média. Ainda mais, o feudalismo e a era mediévia, deixaram ao longo do seu cortejo funerário, viva e persistente herança, que influencia os rumos do moderno Estado brasileiro e faz da sociedade civil um pêndulo entre o atraso e a modernização.

Alguns sustentam a tese de que o Brasil chegou a viver efetivamente o feudalismo, como resquíio português implantado em nossas terras. A propósito anota Raymundo Faoro em sua excelente obra *Os donos do poder – formação do patronato político brasileiro*:

“O sistema de colonização do Brasil teria lançado, no mundo rural, as raízes do feudalismo indígena. Feudalismo nascido neste lado do Atlântico, gerado espontaneamente pela conjunção das mesmas circunstâncias que produziram o europeu. Feudalismo renascido na América, renovo da velha árvore multissecular portuguesa. Feudalismo, no século XVI ainda vivo na Península Ibérica, que se prolongou no Brasil.(...) Perdido na sua integridade histórica ou como tipo ideal, persistiria a reminiscência, por meio dos ‘traços’, ‘aspectos’,

‘restos’ – no horizonte remoto, ou diante dos olhos, sempre o feudalismo” (p. 152).

É importante registrar que Faoro se alia aos que repelem a tese do feudalismo brasileiro. Para ele a colonização brasileira teve “acentuado cunho patrimonial, pré-moderno” (p. 155). Os argumentos apresentados por ele, infelizmente, não convencem. E a razão, sem a menor dúvida, está com os que defendem a tese contrária; a tese de que tínhamos uma “sociedade feudal pré-capitalista de economia dirigida”, imprecisa e indefinida do ponto de vista histórico. Vianna Moog, em seu belíssimo livro *Bandeirantes e pioneiros – paralelo entre duas culturas*, refere que o Brasil colonial só experimentou uma rápida fase de mercantilismo e capitalismo puro, quando da invasão e permanência em Pernambuco dos holandeses. Tão logo este domínio é liquidado, diz ele, recai o Brasil em pleno feudalismo, o campo volta a predominar sobre a cidade, as consciências voltam a atribular-se por motivos econômicos, a unidade social mais importante não será mais o armazém, mas o engenho, com aspirações de auto-suficiência tipicamente medieval. Era a Idade Média, superada na Europa, que se prolongava de mil formas na América Latina: na arquitetura, na escultura, na pintura, na legislação, nos costumes. Mas, como os tempos não retroandam, as consequências seria uma grande indecisão entre o passado e o futuro, uma *economia* indefinida, nem inteiramente feudal, nem inteiramente capitalista, mas um misto de medievalismo, modernismo, feudalismo e mercantilismo, um feudalismo desprovido de espírito medieval, e um mercantilismo a que faltaria o verdadeiro espírito do capitalismo (p. 87).

Os colonos e afidalgados senhores de engenhos, magníficos, arbitrários, servidos, obedecidos, respeitados, fazendo pouco caso da burocracia vigilante, “com a palavra desafiadora à flor dos lábios, rodeados de vassallos (jagunços e agregados) prontos a obedecer-lhes ao grito de rebeldia”, como imagem pálida e desfocada dos antigos barões medievais, compunham o aparato do decadente e esquecido período histórico, que parecia reviver na América seiscentista.

O fazendeiro do açúcar, o senhor de engenho (cuja classe T. Barreto batizou de “açucarocracia”) se faz nobre (uma *nobreza rural*, na terminologia adotada pela sociologia romântica), em equivalência ao nobre europeu, ambos proprietários de terras. Com os filhos instruídos e “adoutorados” na velha Europa, os aristocratas do açúcar, nos pródromos da Independência reivindicam o poder político, que

os retirariam do acanhado cenário campesino. Assim, acabam reunidos em suas mãos o poder político (soberania) e a propriedade (latifúndio escravocrata), e por consequência, a dominância social.

Estas formas latifundiárias de posse e exploração do solo, herdadas das penínsulas mediterrânicas, que representam? Um resquício vivo do feudalismo. À medida que as necessidades de defesa se tornavam menos urgentes, diz-nos Pierre George, o castelo foi sendo substituído pela grande casa senhorial com a sua capela, as suas instalações para os escravos e para os servos e as pequenas casas das famílias emancipadas...⁶

A forma escolhida de parcelamento do território brasileiro recém-descoberto pelos portugueses, as capitânicas hereditárias (onde o povo ficava à mercê dos senhores – donatários –, sem a mínima proteção), é essencialmente um sistema medievo-feudal, introduzido inicialmente nas ilhas de Madeira e Açores, onde o clima, a terra virgem e o trabalho assíduo dos portugueses ali estabelecidos, satisfeitos com o sistema, logo deram às ilhas, até então, despovoadas, o aspecto de pedaços tirados à terra lusitana.

O esquema de colonização já aprovado nas ilhas do Atlântico, diz Friederici, que veio a ser adotado, era de estrutura e caráter absolutamente medievais, como o eram, igualmente, o espírito e os métodos de toda a colonização portuguesa, iniciada na primeira terça parte do século (XVI) e que continuava baseada nas tradições daquele tempo⁷.

O isolamento, o asfixiante insulamento, em que cada um se bastava e a completa falta de segurança dos moradores das diversas capitânicas, também responde a uma característica feudal com forte presença na era colonial do Brasil. Conta-se que os senhores de engenho se jactavam da auto-suficiência de suas casas, onde de fora só entrava sal, ferro e querosene. A respeito da auto-suficiência de nossos engenhos, reportava-se frei Vicente do Salvador a um bispo de Tucumã que, de passagem pelo Brasil, observava que quando mandava alguém comprar um frangão, quatro ovos e um peixe para comer, nada lhe traziam, porque não se achavam na praça nem no açougue; se mandava pedir

⁶ *Population et peuplement*, p. 153. Diz Afonso Arinos, que se não foi uma espécie de feudalismo brasileiro, a civilização da casa-grande teve pelo menos alguns característicos feudais. Entre eles, a ruindade das estradas (*Desenvolvimento da civilização material no Brasil*, p. 22). Cf. também Georg Friederici, *Caráter da descoberta e conquista da América pelos europeus*, Vol. II, p. 42.

⁷ *Cit.*, p. 126.

as mesmas coisas e outras mais às casas particulares, mandavam-lhas. “Verdadeiramente”, comentava, “nesta terra andam as coisas trocadas porque ela toda não é república, sendo-o cada casa”⁸.

Por essa época, o Brasil não passava de uma província de Portugal. As suas diversas regiões com baixo povoamento era simplesmente uma justaposição de famílias, que viviam encerradas em torno de si mesmas e só se reuniam em dias de festa.

Embora por muitos confundido, a escravidão não foi uma instituição feudal, mas tipicamente capitalista. A escravidão, adormecida como instituição durante a Idade Média⁹ – dada a falta de rentabilidade –, renasceria, principalmente, devido o aparecimento do continente americano como prodigioso depósito de matérias-primas. O braço escravo foi empregado no trabalho para criar uma corrente de mercadorias que se consumisse nos mercados europeus. Depois, então, a América, enriquecida por sua vez com o trabalho escravo, criaria o seu próprio mercado interno, transformando-se em excelente consumidora da produção europeia. Isto é um processo tipicamente capitalista e não feudal. O escravo não somente produz num mecanismo inquestionavelmente capitalista, senão que a venda do escravo a empresas coloniais, na provisão de mão-de-obra para a vasta maquinaria da produção capitalista colonial, está a cargo de sociedades e indivíduos organizados segundo princípios capitalistas que buscam proveitos nitidamente comerciais. As bases do tráfico negreiro são as mesmas da empresa capitalista, diz-nos Sergio Bagú: sociedades por ações ou empresários individuais – conforme a importância do negócio –, dividendos, acumulação de benefícios, competência internacional¹⁰.

No final do Império Romano, deu-se o desaparecimento gradativo da escravidão. Em seu

⁸ Paulo Prado, *Retrato do Brasil*, pp. 71-72; Paulo Mercadante, *A consciência conservadora no Brasil*, p. 85.

⁹ Adormecida, porém não extinta de toda, como diz Georg Friederici. O comércio escravista negro de Portugal começou quando o tráfico medieval, perdidas suas principais fontes de abastecimento, se achava em vias de extinção, ainda não tendo cessado de todo. No reino bizantino, portador das tradições da Roma antiga, a escravidão manteve ainda por séculos sua forma essencial – a da Antiguidade. Não houve, pois, intervalo entre a escravidão da Antiguidade e a moderna, dos negros, segundo Friederici (*Caráter da descoberta e conquista da América pelos europeus*, Vol. II, p. 31).

¹⁰ Sergio Bagú, *Economia de la Sociedad Colonial*, p. 127. Ver também Vianna Moog, *Bandeirantes e pioneiros – paralelo entre duas culturas*, p. 108.

lugar seguiu-se um regime de servidão, consubstanciado num novo sistema de posse de terras pelo qual os rendeiros livres aos poucos decaíam para uma situação semi-servil. A insegurança da época, proporcionada pela invasão das hostes bárbaras, compeliu muitos a vender seus serviços em troca de proteção. O certo é que a servidão foi a instituição produzida durante o período turbulento e instável que se sucedeu à queda do Império Romano, perdurando por toda a Idade Média.

Por outro lado, a base econômica do regime feudal europeu se sustentava na pequena produção do camponês e dos artesãos livres. A produção era basicamente de subsistência, não se destinando ao mercado. No Brasil colonial não, a grande propriedade rural produzia para exportar rumo ao mercado europeu, sedento pelos produtos tropicais. Há a considerar, entretanto, para justificar esta diferença estrutural entre os dois sistemas (feudal brasileiro e europeu), o fato do feudalismo europeu se processar numa época em que não existia um Estado coeso e forte, para centralizar e dirigir as atividades; enquanto, o feudalismo brasileiro tinha na dianteira um Estado organizado e centralizador (Portugal) a explorar por intermédio das engrenagens medievais implantadas por ele, os produtos da grande propriedade. Diante disto, a solução foi exportar.

Salvo alguns aspectos como estes, a organização colonial assumia um tom marcadamente feudal e deslocadamente medieval, como frisa Moog, ou medularmente feudal, na visão de Limeira Tejo¹¹. Prefiro dizer que foi implantado entre nós um sistema de exploração com viés medieval e feudal, contendo, pela disposição das coisas e as exigências das circunstâncias da época, elementos mercantilistas e pré-capitalistas.

Paulo Mercadante seguindo por esta senda, acusa o senhorio rural de fins do século XVIII como um tipo misto, que se

¹¹ O sociólogo francês Roger Bastide, por largos anos professor na Universidade de São Paulo, também compartilha a idéia de que Portugal implementou no Brasil recém-descoberto uma experiência feudal (cf. *Brasil, terra de contrastes*, pp. 20-21). Pensamento igualmente partilhado por Robert M. MacIver: "Predominava uma variedade particularmente retrógrada de feudalismo" (*The Web of Government*, p. 244).

porta como senhor rural em sua fazenda, mas que se encontra voltado para o mercado externo, onde a sua produção com valor de troca é colocada. É dúplice, econômica e mentalmente [um tipo indefinido e paradoxal]: vive numa fazenda de escravos de látex em punho enquanto se empolga pelas idéias liberais correntes nos países europeus já libertos do feudalismo; revolucionário, quando analisa as suas relações de produção com o mercado externo, e conservador, quando reage a quaisquer idéias de abolição. Seu caminho é necessariamente o compromisso entre a escravatura e o liberalismo econômico¹². Liberalismo restrito às relações externas de produção, pois, internamente, seus princípios eram repudiados por representar a possibilidade de graves distúrbios na ordem social e política (a escravidão fazia sangrar o frágil liberalismo brasileiro).

Limeira Tejo faz referência a uma minoria organizada que domina as máquinas partidárias e os postos-chaves da administração, e que sobrevive exercendo o poder em benefício próprio. Uma minoria organizada em grupos e camarilhas, tendo por base as “grandes famílias”, que só podem respirar num clima de corrupção e favoritismo. Vivem esses grupos influentes tão embutidos na concha de suas empedemidas ambições que não percebem estar sua posição ameaçada pela deterioração da existência à volta dos seus castelos. Em função disso, sua conclusão a respeito da sociedade brasileira (em 1949) é oracular: “Atualmente, não somos nem mesmo uma sociedade feudal, pois desapareceu a velha obrigação do senhor para com o servo. Somos uma imensa tribo, com ‘guerreiros’ ociosos (...), exclusivistas e privilegiados...” (*Um retrato sincero do Brasil*, p. 21). Em páginas adiante ainda, analisando a opressão industrial sobre a massa operária, lança mais um petardo: a sociedade nacional continua sendo, no fundo, um complexo colonial de base escravagista (p. 67).

Coincidente com essa opinião, lançada em meados do século XX, Humberto de Campos,

¹² *A consciência conservadora no Brasil*, p. 105.

literato e político, ao analisar a situação fundiária do país, diz: “A má distribuição da riqueza, a manutenção de um regime econômico verdadeiramente medieval, completa o quadro alegórico do nosso primitivismo agrário” (*Crítica – IV série*, p. 97).

A ocupação portuguesa teve início com o enfeudamento do território colonial, aplicando-se aqui antigas práticas e costumes feudais, já decadentes na velha Europa, mas que, segundo Varnhagen, citado por Paulo Mercadante, eram os mais profícuos meios para colonizar os países ermos de gente¹³. Estrutura-se a propriedade em moldes feudalizados, seguindo-lhe acessoriamente, costumes, hábitos e vícios comportamentais de uma época senão totalmente morta, pelo menos, moribunda no resto da Europa quinhentista.

3. O familismo na história brasileira e universal

“Ainda não somos, moralmente, um país. Somos um ajuntamento de aventureiros e de dirigentes profundamente desonestos” (Monteiro Lobato).

A herança varou os séculos e ainda apresenta quistos isolados que têm suas raízes enterradas no fundo de nossas instituições, afetando o moderno comportamento social. Circula entre nós como fácil moeda corrente, o filhotismo, como forma de libertação do trabalho (sonho dos primeiros colonizadores desta terra) e de acesso facilitado às benesses sociais; medem-se as conquistas por uma escala imóvel de valores em que apenas, ou sobretudo, o prestígio onomástico e familístico – por consangüinidade ou afinidade – faz mover o pêndulo da ascensão social; predomina uma ordem burocrática corporativa, feudalizada e ineficiente – servida ainda pelo bacharelismo despreparado; o localismo e o paroquialismo se irmanam na defesa intransigente e folclórica de interesses parciais sem atenção aos reclamos nacionais e gerais (particularismo); e a autoridade é sobreposta arrogantemente ao cidadão (caciquismo). Tudo, enfim, tresanda à Idade Média, a começar por estes entranhados costumes institucionais, que de tão inviscerados, só são percebidos quando observados com atenção.

¹³ *Ob. cit.*, p. 86. Cf. ainda Nestor Duarte, *Reforma agrária*, pp. 13-14.

Quanto ao particularismo referenciado acima, como tópico do atraso de nossa sociedade, é necessário fazer um rápido comentário. A modernização de uma sociedade simples, vinculada pelo parentesco – é dizer, a passagem de uma sociedade de clã e de parentesco (ou mecânica) para uma sociedade orgânica ou hierarquicamente diferenciada - tende a erodir as exclusividades particularistas, adotando um modelo universalista e abrindo as carreiras aos talentos. Quando pessoas, diz Goldthorpe¹⁴, em sociedades menos industrializadas [entenda-se menos modernas, na visão do autor] recrutam trabalhadores ou admitem discípulos tomando por base a consangüinidade, a isso chamamos nepotismo e o consideramos incompatível com os rumos de uma sociedade moderna.

O homem existiu primeiro no seio de grupos isolados, hordas ou clãs; a formação original deve-se aos vínculos sanguíneos. Esta primitiva forma social ao mesmo tempo em que proporcionava segurança e proteção ao indivíduo¹⁵, promovia também o triste espetáculo da guerra universal, de todos contra todos, sintetizado no famoso aforismo de Hobbes: *bellum omnium contra omnes*. Em função de um interesse comum, bem como do aumento do número de membros dos antigos grupos societários, além da dispersão geográfica, as diversas famílias se unem e formam grupos, de onde nasce uma nova sociedade, com interesses e objetivos distintos.

Embora o novo arranjo social tenha como peças componentes as diversas redes de parentesco e os laços de sangue, organicamente seus interesses superam a estreita faixa dos impulsos egoísticos dos clãs. Surgem novas variáveis aptas a regular o convívio sob perspectivas mais abrangentes: a justiça, a legalidade, a moral e o direito. As relações deixam de ser informais e passam a ser formais. Além disso, a comunidade e o Estado passam a oferecer segurança, auxílio e facilidades que só eram, outrora, possíveis no grupo familiar.

Não só a expansão da população e do território foi

¹⁴ J. E. Goldthorpe, *Sociologia do terceiro mundo...*, p. 27.

¹⁵ E nesse ponto podemos nos socorrer da lição de H. G. Wells: “Esse mundo primitivo antes de 600 A. C. era um mundo em que um ‘estranho’, isolado, era um ser raro e suspeito que corria sérios perigos. Poderia sofrer horríveis crueldades, pois não havia leis para protegê-lo. Poucos indivíduos, portanto, se arriscavam. Vivia-se e morria-se preso a uma tribo patriarcal, no caso dos nômades, ou a alguma grande casa, ou a algum dos grandes templos, no caso dos civilizados. Ou, então, era-se escravo e vivia-se no rebanho dos servos” (*História universal*, II/305).

responsável pelo aperfeiçoamento das relações primárias, mas principalmente o contexto de maior complexidade cultural. Enquanto em condições mais simples e primitivas, os grupos desempenham pessoalmente seus negócios, articulando-se entre si (cooperação entre as pessoas e as famílias), com a complexidade social temos a concentração dos negócios nas mãos de especialistas que atuam em cima de procedimentos objetivos e genéricos – onde a liga é menos a simpatia, e mais o contrato e o interesse. Ou seja, numa sociedade altamente especializada, a forma predominante é uma integração racionalizada e impessoal de grande número de especialistas que cooperam para atingir algum objetivo específico. Há um aumento da racionalidade em substituição progressiva aos laços de afeto, simpatia e parentesco.

A sociedade à medida que se afasta da tradição, da interação dos grupos familísticos, racionaliza suas atividades, divide seu trabalho à base de conhecimento e capacidade, especializando-se e adotando novas linhas de comando (é o chamado *processo social de especialização* que não se confunde com o processo de especialização de tarefas dentro das organizações administrativas). E reflete em sua evolução o espírito orientador da ciência e da tecnologia, já que com elas caminha *pari passu*.

A dependência aos especialistas altamente treinados exige a *nomeação por mérito*, em vez de eleição ou nomeação política. Exige um *sistema de carreiras garantidas*; de outra forma, o indivíduo não empregará o tempo necessário a adquirir especialização. Exige, outrossim, que a organização tenha, definitiva e razoavelmente garantida, uma divisão de trabalho em funções e seções definidas. O especialista treinado não se permitiria, via de regra, ser utilizado como *homem dos sete instrumentos*. Na verdade, a divisão de trabalho em organizações, na maior parte, segue simplesmente as especializações existentes na sociedade como um todo¹⁶.

Aprende-se o exato alcance das características dos laços de parentesco pelo contraste que se pode fazer atualmente entre os grupos rurais e os grupos urbanos. Na comunidade urbana, a estrutura social se baseia em grupos de interesses; na comunidade rural, em grupos de parentesco. Os círculos de contato social ampliam-se mais na cidade que no campo, tornando a vida urbana mais complexa, variada e rica.

¹⁶ Victor A. Thompson, *Moderna organização*, p. 20.

Os laços primários do habitante da cidade, mesmo em relação à família, tendem a ser de natureza menos íntima. Além disso, o morador da cidade apresenta um curso mais racional de comportamento (em regra, não obedece a impulsos emotivos), guiando-se por seus próprios interesses, ocupando-se com sua própria vida e não com as dos outros – seja para beneficiar ou prejudicar.

O processo transicional de uma sociedade primitiva para uma sociedade moderna tem como principal característica a substituição da noção de **consangüinidade** pela de **contigüidade**. Diz T. Barreto: “No reino animal, os indivíduos, quase exclusivamente, só podem reunir-se uns com os outros pelo caminho das relações sexuais, e isto mesmo nos graus mais próximos de procedência congênere. Ao contrário o homem pode unir-se com os seus iguais, sem atenção às distinções de raça ou de nacionalidade, não só por aquele caminho, mas também e sobretudo pela reciprocidade social”¹⁷. E poderia ter dito, desdobrando o raciocínio: o fato de uma sociedade manter-se coesa, em suas linhas gerais, pelos laços de consangüinidade (é dizer, das relações sexuais) aproxima-a, de forma clara, do primitivismo das sociedades animais inferiores, e bem inferiores.

O caminho que leva ao progresso exige seja largado como ferro velho o suspeito fardo dos laços de sangue. Há, portanto, em qualquer agrupamento social uma luta constante contra as primitivas redes de parentesco. Onde o combate tende a eliminar estes laços (no que eles têm de anti-sociais) ou restringi-los ao legítimo espaço familiar, a modernização tende a ser um processo menos doloroso e injusto.

O Brasil, em todo seu desenrolar histórico, apresenta uma sociedade marcada por formas políticas que assaltam constantemente a esfera pública em função de interesses particularistas de grupos privilegiados. Repetir isso já vai se tomando um chavão secular, encontrando eco em inúmeros intelectuais das mais diferentes escolas de pensamento, desde conservadores até reformistas. A única novidade é a completa indiferença à constatação, também já secular.

O familismo, sinônimo moderno de favoritismo e

¹⁷ *Estudos de direito e política*, p. 24.

apadrinhagem, em que as pessoas fazem uso de suas relações de família para alcançar seus fins, constitui um dos atributos do caráter nacional moldado ainda na colonização lusa¹⁸, como nos dá conta Vianna Moog. Descrevendo a atitude mental dos jovens brasileiros educados em Portugal e precursores da nacionalidade nascente no Brasil-colônia, Moog diz que eles “têm a mesma sentimentalidade católica, o mesmo apego à família, vivem muito mais em função da família que da comunidade” (*Ob. cit.*, p. 114). Dessa conformação ibérica, por um fenômeno de contágio e disseminação social, certamente irrompe o gérmen do atual e corrompido familismo brasileiro, em que a ordem social é uma extensão da família e a afetividade prevalece sobre a neutralidade especializada, apanágio das modernas sociedades. Mas se recuarmos na história da humanidade veremos que o familismo se perde nas dobras das civilizações antigas, como a Cananéia, em que a influência tribal ou de família era tão poderosa a ponto dos direitos individuais serem muito fracos e um forte grupo familiar ser a melhor garantia de segurança individual do que a bravura pessoal ou o poder principesco¹⁹. Nesta civilização, como em outras, existiam certos indivíduos que pela sua posição social não tinham direito à proteção de parentes de sangue nem a ameaça de vingança por suas famílias. Esta exclusão representava uma espécie de morte social. A eles dava-se o nome de “habiru” (o correlativo na Índia seria “pária”). Estes “habirus” viriam a constituir os hebreus, povo eleito de Deus. E foram estes “excluídos”, os hebreus, que deram o primeiro grande passo para a criação dos nossos processos intelectuais modernos trocando uma atitude mitológica por uma atitude lógica perante o universo.

O sistema de castas indiano, uma complicada divisão vertical de estrutura social, onde é proibido aos indivíduos que pertencem à classe inferior, qualquer contato com as castas superiores – sendo considerado aviltante qualquer proximidade ou

¹⁸ A mentalidade predominante na colonização portuguesa, tanto no Oriente quanto na América, pode ser resumida em duas palavras: ganhar e gozar. “O Oriente, com tais homens e com a mentalidade que se tomou predominante na colonização portuguesa, constituiu o aprendizado daqueles que, mais tarde, vieram a ser os chefes e os elementos ativos na descoberta, penetração e conquista do Brasil” (Georg Friederici, *Caráter da descoberta e conquista da América pelos europeus*, Vol. II, p. 73).

¹⁹ Carroll Quigley, *A evolução das civilizações*, pp. 175 e 206.

contato, aplicando a penalidade de expulsão da casta -, não é único. O sistema feudal da Europa medieval foi uma espécie muito próxima do sistema de castas (MacIver ensina que o sistema de castas prevaleceu “em grandes áreas da Europa, durante as fases mais primitivas do feudalismo” –cf. *The Web of Government*, p. 105) e deixou marcas perceptíveis ainda hoje – o Brasil está recheado dessas cicatrizes. Alguns grupos étnicos, como os judeus e os negros, são ainda tratados, em certos aspectos, como castas em diversos países espalhados pelo mundo – exemplo são os guetos de negros nos Estados Unidos.

Na comunidade hindu dos dias atuais esses grupos familiares reunidos e endogenamente cooperativos ainda podem ser encontrados sob a forma de um primitivo patriarcado. É um sistema de família reunida, uma corporação cooperativa, em que homens e mulheres têm uma posição perfeitamente definida. À frente da corporação fica o membro masculino mais velho da família, e excepcionalmente, na falta deste, o membro feminino mais velho. Todos os membros válidos contribuem com o seu trabalho e os seus ganhos, sejam devidos à habilidade manual ou à agricultura ou ao comércio, para o depósito comum; os membros mais fracos, viúvas, órfãos e parentes pobres, todos têm que ser mantidos e sustentados; filhos, sobrinhos, irmãos, primos, todos devem ser tratados igualmente, porque qualquer preferência indevida levará a partir-se a família. As afeições familiares, os laços de família são sempre muito fortes e, portanto, a manutenção de um mesmo padrão de tratamento entre tantos membros não é tão difícil.

A família reunida mantém-se junta, algumas vezes, por várias gerações, até que, tornando-se demasiado numerosa e pesada, parte-se em famílias menores. São comuns aldeias inteiras, povoadas por membros do mesmo clã. A cooperação existente dentro do grupo familiar torna-o comparável a um pequeno Estado, mantido em coesão por uma forte disciplina, baseada em amor e obediência. Vêm-se, todos os dias, os membros mais novos aproximando-se do chefe da família e lhe retirando o pó dos pés, como um penhor de benção; sempre que partem para qualquer empreendimento, dele se despedem

e levam a sua benção²⁰. Em tal regime, o afeto, a simpatia, a emoção, superam quando da distribuição das benesses sociais, o trabalho, o empenho pessoal e o talento.

Mas há exemplo contrário na história. Na China dos mandarins (sob a dinastia Ming, de 1368 a 1644, e sob a dos Tsing, de 1644 a 1912), a sociedade chinesa encontrava-se organizada de forma tal que somente as diferenças de capacidade espiritual entre os seus membros deviam distinguir os homens. Todos deviam ter as mesmas oportunidades de instrução – ideal democrático das atuais sociedades civilizadas. A ordem social, em suma, fundava-se não sobre o nascimento, mas sobre o mérito do espírito e do coração.

H. G. Wells (*História universal*, II/351) põe em relevo essa lição histórica: “A classe literária destaca-se, cedo, porém, da classe sacerdotal. Torna-se uma classe burocrática, servindo aos reis e governantes locais. Aí se encontra a diferença fundamental entre a história da China e a de qualquer outra história ocidental”. “Os mandarins”, prossegue adiante, “que são os homens letrados da China, não constituem uma casta; não se é mandarim por nascimento mas por educação; os mandarins são retirados, por educação e por concurso, de todas as classes da comunidade, e o filho de um mandarim não tem nenhum direito prescrito de suceder ao seu pai. Em consequência dessa diversidade de origem e formação, enquanto os brâmanes são, como classe, ignorantes mesmo dos seus próprios livros sagrados, mentalmente negligentes e cheios de suficiência pretenciosa, o mandarim chinês, pelo contrário, tem a energia que provém do trabalho mental árduo” (*idem*, p. 378).

Na época dos Ming e dos Tsing, estas concepções não só dominavam o espírito dos magistrados e dos letrados, mas o de todos os chineses, até ao mais humilde camponês²¹. Até o imperador quando da escolha de seu sucessor não se preocupava com os direitos de primogenitura, escolhendo o mais capaz e preparado dos seus filhos para governar.

A burocracia existente, funcionários civis e militares, era recrutada através de concurso e entre letrados titulares de graus “universitários”. Estes graus eram atribuídos por concurso. Por lei, os concursos eram acessíveis a todos os chineses do sexo masculino. O menor dos camponeses podia aspirar a tornar-se ministro, e este princípio

²⁰ Bhupendranath Basu, *apud* H. G. Wells, *História universal*, II/441-442.

²¹ Roland Mousnier, *As hierarquias sociais*, p. 82.

estava enraizado no espírito dos chineses. Estudar não era caro. Bastava possuir um pequeno número de clássicos fundamentais, um ou dois livros de história, alguns manuais. Havia escolas elementares nas aldeias e entre os clãs patriarcais. À cabeça de cada cantão e de cada prefeitura, existiam escolas públicas gratuitas e confucionistas, subvencionadas pelo Estado. Era moda dos letrados famosos e dos grandes funcionários darem cursos públicos nos templos e edifícios públicos e promoverem a abertura de academias privadas gratuitas. O governo atribuía bolsas aos estudantes promissores. Era uma sociedade aberta ao **talento**.

Mesmo nesta sociedade entretecida por mecanismos modernos, o familismo infiltrava-se em suas dobras. Havia sempre mais pretendentes a cargos públicos do que postos disponíveis. Era necessária uma vaga. Então, a influência de um pai ou de um tio que tivessem feito carreira tornava-se preciosa. Os filhos de magistrados eram beneficiados. Os concursos, por seu turno, criavam laços e davam origem a grupos de assistência mútua, úteis aos recém-chegados. Os examinadores tornavam-se patronos dos admitidos por concurso e estes seus fiéis. Os licenciados e doutores de um mesmo concurso tornavam-se como que parentes, devendo-se assistência e socorro, qualquer que fosse a diferença de suas origens. E por estas brechas do sistema meritocrático, o subsistema familístico espalhava seus perniciosos efeitos.

Mesmo assim, com o sistema de concursos, a mobilidade social vertical (ascendente e descendente) era muito grande. Era raro que uma grande família pudesse manter-se nos lugares públicos importantes por mais de duas ou três gerações. A elite não formava um grupo hereditário fechado. Quase um terço dos magistrados provinham de famílias que não contavam qualquer graduado entre os seus membros, durante as três últimas gerações²².

Na Inglaterra, país festejado como detentor da democracia mais sólida do mundo atual, o familismo há pouco mais de um século tinha forte influência na composição dos dirigentes graduados da nação. Laski e Nightingale, revela Aliomar Baleeiro, há anos, procederam a laboriosas pesquisas, estabelecendo que apenas 1.000 famílias opulentas supriam o Império Britânico de estadistas, parlamentares, diplomatas, oficiais gerais, bispos, altos magistrados, enfim dirigentes. Dificilmente, ascenderia a postos de comando quem não nascesse ou não se aliasse,

²² Roland Mousnier, *Ob. cit.*, pp. 86 e 88.

pelo casamento, a essas 1.000 famílias poderosas²³.

3.1. O conceito de familismo

O familismo é um conceito analítico desenvolvido para interpretar a relação (negativa) entre as atitudes sociais e os valores familiares. É uma das forças que moldam a vida da comunidade. De tamanha importância se reveste este conceito, dentro do amplo campo da instituição familiar, que sua análise deu surgimento a um novo ramo da Sociologia, a chamada Sociologia Familiar, encarregada, dentre outras coisas, de investigar os problemas contemporâneos relacionados à família. É o familismo um inchaço patológico a exigir a atenção cuidadosa deste ramo de estudo científico.

Os fenômenos sociais têm, dentro de certos limites, uma gênese psicológica, sendo alicerçados nos desejos, emoções e aspirações dos homens. O familismo, como fator anti-social de antagonismo e discórdia, guarda conexões psicológicas e históricas esclarecedoras de suas motivações inconscientes. É um dos fenômenos sociais mais primitivos.

Os estudos de parentesco tiveram início na segunda metade do século XIX, com as obras de John F. McLennan (*Primitive marriage*, 1865), Lewis H. Morgan (*The systems of consanguinity and affinity*, 1871) e Engels (*A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, 1884). Estes estudos pioneiros, além de abrirem um fecundo tema para a antropologia social, contribuíram para um esboço da teoria do parentesco.

A santidade do familismo em uma sociedade agrária e atrasada é corroída e desgastada pelo contato íntimo com novos sistemas de vida contraditórios, competitivos e alavancados em novos interesses. A conduta social correspondente a esse novo meio ambiente dos interesses infiltra-se entre os vários grupos ou classes, dissolvendo, aos poucos, a antiga influência da rede de parentescos. O senso do favorecimento pessoal e da ajuda mútua, instituições do antigo esquema familístico, são perturbados e ameaçados pelas reivindicações vitoriosas dos interesses multigrupais. Uma nova mentalidade democrática insere-se silenciosamente por entre as fileiras amortalhadas dos antigos grupos familiares, removendo senilimos abusos e explorações do nome, até

²³ *A política e a mocidade*, p. 86.

então abrigados pela tradição. Há uma purificação de elementos dogmáticos e irracionais, numa clara demonstração de incapacidade da ética fragmentada e provisória do familismo em manter aglutinada uma sociedade com novos e multifacetados interesses grupistas. O afastamento dos indivíduos e dos grupos uns dos outros na luta competitiva e a preocupação de alcançar o sucesso material sob as bênçãos da capacitação técnica e do mérito próprio enfraquecem o sentimento das relações mais sólidas e mais íntimas do endereço familiar. O surto de novas estruturas de poder compromete o esquema familístico.

O familismo tende a refluir para seus limites normais (dentro da funcionalidade da família) quando a sociedade revela progressos industriais e técnicos, com a criação subsequente de muitos focos de interesses opostos que competem ou transacionam entre si buscando vantagens. O atrito dos interesses é absolutamente incompatível com os privilégios hereditários adquiridos com a simples certidão de nascimento. A imobilidade dessa sociedade menos apurada não se afeiçoa ao aspecto transicional de uma outra, que nasce de suas entranhas, com ímpeto ascensional, recusando partilhar do natural tribalismo dos homens.

A regulação desses diversos interesses requer do legislador estatal uma visão bem mais ampla que a fornecida pela restrita luneta do familismo. A expansão da sociedade com o vislumbre de novos horizontes remete ventos mais fortes na vela da legislatura, exigindo maior empenho no encaminhamento das soluções por via legal.

Mas, como diz MacIver (*As malhas do governo*, p. 26): “O governo de um Estado, necessariamente, herda os vícios internos da estrutura básica da sociedade: a família. E isso porque o governo de qualquer sociedade começa com a família”. Constatação que dá a dimensão da dificuldade em se mudar a mentalidade reinante a partir dos moldes oficiais.

A propósito do processo de mudança de uma sociedade menos apurada para um nível mais evoluído e complexo, diz-nos MacIver:

“Onde, contudo, as comunidades expandiram-se em população e recursos, onde ampliaram seus limites por meio de guerras ou não, e colocaram sob seu domínio outros grupos ou comunidades, onde devido a essas condições foi acelerado o ritmo da mudança social, e especialmente onde surgiram conflitos e desajustamentos entre as categorias econômicas ou classes sociais mais demarcadas da sociedade

maior, nesses casos os velhos costumes populares consagrados pelo tempo não mais proporcionaram a necessária orientação²⁴.

Ao longo deste estudo far-se-á uso constante deste termo da teoria antropológica: o familismo, assinalando suas implicações malfazejas para o serviço público brasileiro.

3.2. A função da família no processo de socialização do indivíduo

A família, como grupo primário (unidade social básica), exerce uma importante função que é de dotar o indivíduo de um refúgio, onde possa apoiar-se em relações afetivamente calorosas²⁵; um grupo dominado pelo afeto, em vez do cálculo, e, acima de tudo, um ambiente onde todas essas coisas, segundo se pode confiar, persistirão por longos períodos, ao contrário das mudanças desconcertantemente rápidas do mundo lá fora. É a satisfação do desejo de segurança, sentimento distribuído, em maior ou menor grau, a todo ser humano. Há também no familismo o que Gumplowicz chamou de **singenismo**, um sentimento primordial entre os membros do grupo de fazerem parte dele e de se autoprotgerem. Este sentimento de solidariedade, segundo Gumplowicz, é importante apenas na formação original dos grupos.

No familismo amoral a solidariedade e a fidelidade têm limites bem definidos: a conveniência e o bem-estar de seus membros. Os integrantes deste grupo primário mostram cooperação, boa vontade, auxílio mútuo e respeito pelos direitos dos outros (componentes do grupo interno, bem entendido), mas até o ponto em que seus próprios interesses não estejam em jogo e correndo o risco de serem sacrificados. O instinto parental cede espaço ao instinto de conservação. Isso demonstra que a afetividade que os une não é pura ou absoluta, pois as

²⁴ *The Web of Government*, pp. 66-67.

²⁵ Sem a afetividade, o nosso eu jamais chegaria a constituir-se. Isso porque a inteligência, considerada isoladamente, volta-se para o exterior. E ao nos esclarecer sobre a realidade externa não é para dar-nos a nós mesmos, mas a fim de nos fazer ver um objeto que não é o que somos. Ao mesmo tempo que revela a nossa consciência, desliga-nos do nosso eu para nos unir, como a um puro espetáculo, a um mundo impessoal que nada espera de nós senão o esquecimento de nós próprios. Pela afetividade, ao contrário, o mundo interessa-se por nós e interessa-nos por ele. E aquilo que era para nós somente um objeto indiferente, torna-se elemento de nossa história, estremecimento da nossa carne, emoção, alegria, dor. Privados de vida afetiva jamais poderíamos sair da nossa noite primitiva. Daí a importância do regaço acolhedor da família (Jacques Lavigne, *cit.*, p. 72).

afeições familiares são misturadas com os nossos desejos e movimentos individuais, essencialmente egoísticos. Em relação aos grupos externos a atitude é de hostilidade, desprezo e, muitas vezes, de ódio.

A família é uma das instituições sociais mais conservadoras por está mais próxima da ordem natural biológica, ligada às tradições, aos costumes e a toda uma estrutura e dinâmica que tendem mais para manter a ordem existente, numa função de transmissão dos valores culturais da sociedade, do que à sua transformação. O seu destino biológico é perpetuar, assegurar e proteger a sua descendência, destino biológico que assegura por outra via o reconhecimento e a existência de valores que superam a criança e se estendem a todo o domínio da simpatia, do amor e que implica um estado de subordinação e lealdade.

Ferdinand Tönnies, em *Gemeinschaft und Gesellschaft* (*Comunidade e sociedade*), analisando as diferenças entre o localismo de uma sociedade rural e o cosmopolitismo de uma sociedade urbana, ressalta a característica apontada acima. Diz ele: “Não obstante sua estreita interdependência, as pessoas e as famílias são antagônicas, pois suas ações e pensamentos são motivados por interesses egoístas”²⁶.

O sentimento interno de todo grupo primário tende a ver a si mesmo em termos elevados, considerando a si como o melhor ou o maior, possuidor de altos valores espirituais ou culturais, tendo as pessoas mais inteligentes e talentosas, e como tal, merecedor de todos os benefícios da sociedade conglobante. Somente a diversidade de relações (culturais, econômicas, políticas etc.) proporcionada pela sociedade moderna é capaz de criar uma interdependência entre os diversos grupos familísticos, unindo-os no objetivo comum.

Isto nos leva a mais uma característica importante do familismo: um certo etnocentrismo, que vê no grupo familiar o centro de tudo e coloca todos os demais grupos (e também instituições, órgãos etc) como de segunda ordem e estimados em função do valor que possam ter em relação a ele. E implica também na adoção de um duplo padrão moral. Há dois códigos morais: um para os companheiros do grupo e outro para os estranhos a ele. Quando se lida com estranhos ao grupo é de elevado mérito mercantilar proteções, mentir, ser desonesto, trapacear para garantir vantagens; mas dentro do grupo nada disto é permitido, pois haveria discórdia e desarmonia, e conseqüente entibiamento grupista.

As funções da família são inumeráveis: econômicas,

²⁶ *Apud* Koenig, *cit.*, p. 249.

religiosas, protetoras, educacionais e de prestígio. Pode-se fazer rápida enumeração: tem a função básica de propagar a espécie, de socializar o indivíduo, regular as relações sexuais, assegurar a satisfação das necessidades afetivas de seus membros, possibilitar os cuidados prolongados de que as crianças precisam e transmitir os valores culturais. Mas acima de tudo, sua função social fundamental é a de garantir a renovação e continuidade da sociedade, perpetuando a raça.

A família está associada a todas as grandes crises e transições da vida, diz MacIver. Ela é o foco das relações mais íntimas, aquelas em que a personalidade do homem e da mulher se exprime mais profundamente e é mais completamente posta à prova. É o agente primário na formação dos hábitos e atitudes vitais dos seres humanos. É o centro das mais impressionantes comemorações e rituais, as ligadas ao casamento, à morte e à iniciação da criança nas crenças e normas da comunidade. É o coração, o lar, o lugar onde as gerações se reúnem continuamente, onde os velhos e jovens têm de aprender a se ajustar constantemente a seus perenemente mutáveis papéis no ciclo da vida²⁷.

Integra parte da função da família no mundo moderno, se assim podemos afirmar, o fornecimento de uma série de relações pessoais com cuja estabilidade, durante longos períodos, se possa contar. Mas o fortalecimento da solidariedade de parentesco e o aumento de compromisso afetivo, não podem constituir um embaraço aos avanços sociais experimentados pelas sociedades modernas ou transicionais. O mundo familiar é um mundo paralelo e não invasivo, que deve oferecer um contributo ao desenvolvimento social, jamais um estorvo. Estorvo este, presente na tendência para a demanda de *status* e prestígio - um estéril *capital social* -, sem reparar na moralidade dos meios para alcançar estes objetivos.

Uma ou outra função da família receberá maior importância de acordo com a configuração cultural geral do grupo social e de uma série de condições e circunstâncias muito variáveis. A própria instituição familiar, considerada em seu todo, embora básica em todos os tempos, varia de importância segundo as condições verificadas.

É na família que o indivíduo recebe suas primeiras e duradouras impressões. Através dela é introduzido no mundo em que passará a vida e onde se relacionará com outras pessoas. Dela recebe os primeiros valores, que serão o capital axiológico de que disporá

²⁷ *The Web of Government*, p. 24.

pela vida afora e aprende o código de sua sociedade. Todo o mundo ao redor do indivíduo tem importância no seu processo de socialização, mas o grupo íntimo da família e os indivíduos mais próximos (amigos, colegas de trabalho etc.) são os de maior significância para o seu condicionamento social e formação de sua personalidade humana.

Através do contato com o grupo primário (núcleo familiar + companheiros próximos), o indivíduo desenvolve a idéia de si próprio, podendo alimentar sentimentos de amor, simpatia, lealdade, honestidade etc. Isso se dá pela tomada de consciência das atitudes deste grupo (principalmente dos membros do núcleo familiar – pai, mãe e irmãos) para com ele. Assim, a criança forma sua concepção a respeito de si mesma, e também desenvolve sua personalidade – adicionando valores, hábitos, costumes etc. – através de como imagina que os outros a consideram, pelas atitudes adotadas em relação à sua pessoa. É o chamado “eu refletido”. Resulta daí, que o indivíduo se representa dessa maneira vaga e indireta – através dos outros -, acabando por ser incapaz de fazer um retrato de si mesmo como realmente é.

Se o afeto familiar e seus desdobramentos protetivos se mantêm restritos ao âmbito da família, temos um fenômeno social saudável. Dá-se a corrupção quando esta rede de parentesco passa a incursionar no meio social, deturpando parâmetros e afastando instituições reguladoras da dinâmica social, com imposição de seus interesses gregários primitivos. Suas tendências só obtêm significado anti-social por se manifestarem em sociedade e perante outros indivíduos. Daí ser importante, como diz Koenig, uma vigilância cerberesca sobre estes grupos primários, pois estão sujeitos não só ao aperfeiçoamento, como também à degeneração e ruína (familismo).

Entende-se por sistema de parentesco uma rede de relações sociais formando uma parte da rede total da estrutura social. Os direitos e obrigações dos parentes entre si e o uso social que observam em seus contatos sociais, fazem parte do sistema. O culto dos ancestrais também constitui o sistema de parentesco, afetando as relações entre os vivos.

A sociedade não é um simples somatório de indivíduos – embora seja o indivíduo a única matéria da sociedade -, supera este tosco conceito matemático para se constituir num ser que tem sua própria vida, consciência, interesse, história e normas. Não é, definitivamente, uma substância, uma entidade metafísica.

É princípio válido tanto nas ciências naturais quanto sociais,

que um todo tem, com freqüência, propriedades muito diferentes daquelas que possuem as partes constituintes. Por este modo, não é possível reger a sociedade, em sua trajetória evolutiva, através de normas – individuais ou familiares – que não sejam tipicamente sociais (por índole ou forma), o que, por desdobramento lógico, exclui o familismo e a apadrinhagem como normas de conduta num meio social. Esta evidência, por óbvio, não tem por efeito sufocar o individualismo, a liberdade ou os laços familiares, mas limitá-los na fronteira que separa o social do individual (ou familiar).

Uma coletividade tem sua maneira própria de pensar e sentir. Uma consciência nova construída pela união, fusão, combinação, ação e reação das consciências particulares. Mais uma vez, advirta-se, não é simplesmente o somatório das consciências individuais que forma e plasma a consciência social. Paralelamente a esta consciência da sociedade subsiste a consciência individual e de classe – grupista ou familiar – que tende a interferir mais ou menos intensamente, dependendo da solidez e da coesão do meio social onde atua. Mesmo compondo a sociedade, sendo sua matéria-prima, o homem dela se destaca e se diferencia, por ser um indivíduo e não uma unidade padronizada ou um simples número de utilidade estatística.

As consciências individuais, associando-se de uma maneira estável, diz Durkheim, geram, devido às relações de troca entre elas, uma nova vida, muito diferente daquela de que elas seriam o teatro se tivessem permanecido isoladas umas das outras; é a vida social. As instituições e as crenças religiosas, as instituições políticas, jurídicas, morais, econômicas, numa palavra, tudo o que constitui a civilização, não existiriam se não houvesse sociedade²⁸.

3.3. A feudalidade das relações sociais no Brasil de hoje

É preciso por em relevo, para dar seqüência à discussão, que no centro desse conjunto de poderes políticos e familiares, vemos, no Brasil, pairar sobranceiros ainda, os privilégios. Em muitos aspectos, vemos a sociedade brasileira aprisionada num sistema feudal de direitos, privilégios e obrigações fixamente determinadas, que confere mando e superioridade por um “fenômeno de interpenetração inversa de valores”. E nesta zanga-burrinha, o indivíduo já nasce habilitado a reivindicar tais e tais direitos, pois lavrados em seu legado de usufrutuário

²⁸ *A ciência social e a ação*, p. 131.

de uma ordem estática, essencialmente feudal.

“O rico homem em seu castelo, o pobre em seu portão,
Deus os fez superior ou inferior,
E ordenou sua posição”.

Será, efetivamente, exagero afirmar que temos, senão uma ordem feudal, mas resquícios fortes (e vivos) de um sistema feudal? Vejamos. Na Europa medieval a relação entre o vassalo (que pode muito bem ser identificado ao nosso atual *beneficiário, apadrinhado e favorecido* do serviço público) e seu senhor – suserano – (na versão moderna brasileira o *beneficiador, apadrinhador ou favorecedor*) era simbolizada no **ato de reverência ou homenagem**²⁹ (veja o paralelismo com os princípios obedecidos pelo *beneficiário* moderno: o da subserviência ou aderência e do puxa-saquismo), espécie de contrato cerimonial em que o vassalo colocava-se a si e aos seus à disposição do suserano, em troca da proteção deste. Fidelidade e homenagem, benefício e recomendação, traços característicos do sistema feudal. Há alguma diferença com o que ocorre nos bastidores da administração pública, na busca obsessiva por proteção e apadrinhagem? Os beneficiários – “criaturas fiéis” – tudo depõem aos pés do oráculo protetor: coragem, honra, caráter etc. Dão-se ao chefe, votam-lhe uma inteira fidelidade, uma dedicação absoluta, consagram-lhe os seus serviços, batem-se por ele em intrigas, em rixas, falam, escrevem, cabalam a seu favor. Em troca, o senhor, o protetor, aninha-os sob suas poderosas asas, concede-lhes confiança e faz-lhes confidências, guia-os em suas carreiras, brinda-os com comodidades, isenções alodiais etc. Beneficiários e beneficiadores medem a estima de um para outro, pelo que cada um pode oferecer e não pelo que cada um é – ambos se deixam seduzir pela habilidade e velhacaria mútua, mantendo cômoda indiferença pela desonestidade ou outros vícios. A

²⁹ Revendo a história medieval, vemos duas formalidades agregadas ao contrato de enfeudação: a homenagem, juramento de fidelidade do vassalo, e, da parte do suserano a investidura, ou entrega do feudo. Comprometia-se o primeiro a dar para o segundo: auxílio militar, judiciário e financeiro, sendo este para resgatá-lo quando cativo, dotar sua filha, armar o filho cavaleiro e preparar a guerra. Cabia ao suserano proteger o vassalo e transferir-lhe alguns de seus direitos, tais como arrecadar impostos, fazer a guerra e cunhar moeda. O juramento de homenagem segundo a forma tradicional praticada no período mediévico, conforme o ensinamento de Seignobos, o vassalo, de joelhos, com as mãos nas mãos do senhor, comprometia-se a servi-lo contra todo o homem ou mulher que pudesse viver ou morrer. Cf. a propósito Charles Seignobos, *Histoire sincere de la nation française – essai d'une histoire de l'évolution du peuple français*, trad. de Anísio Teixeira, p. 95 e 143.

feudalidade destas relações, embora extemporânea, é evidente.

A diferença marcante, que confere, inclusive, um tom picaresco ao enredo, cinge-se ao tipo de proteção. No período propriamente feudal, o vassalo implorava proteção contra a violência e barbárie da época, para continuar a viver e produzir tranqüilamente³⁰. Hoje não, a proteção não é contra bandidos ou atos ilegais, mas contra aqueles que agem estritamente dentro da lei e da moral, com o trabalho, o esforço próprio e o merecimento. Há, nos dias que seguem, uma luta aberta entre o homem que se preparou e o homem de nascimento, entre o costume estabelecido de um lado e a vontade criadora e a imaginação de outro.

Este confronto entre um subsistema anti-social (quase-feudal) e elementos tipicamente modernos se dá sob o olhar complacente e ineficiente do Direito e de seus aplicadores. As regras formais são aplicadas, muitas vezes, por capricho e desejos inconfessáveis, possibilitando a barganha de vantagens particulares. Numa sociedade, diz um acatado sociólogo, em que a lei e a ordem são administradas de forma relaxada e caprichosa, o indivíduo não pode confiar nas diretrizes e na lei para sua proteção, seja quanto à confiança de seus contatos, à segurança de suas propriedades ou até mesmo à defesa de sua pessoa. O patrocínio de uma pessoa poderosa pode parecer melhor garantia de segurança em um ou em todos os sentidos. Quanto tal relação constitui, formal e explicitamente, a base das relações sociais e políticas, temos naturalmente **um sistema feudal**³¹.

A corrupção é uma alternativa num Estado onde a administração da lei e da justiça carece de previsão e imparcialidade; e isto reforça extraordinariamente a necessidade que as pessoas sentem de um relacionamento quase feudal com um padrinho poderoso que possa protegê-las e garantir-lhes uma ascensão individual e profissional, que de outro modo, seria sensivelmente prejudicada pela forma como as coisas são dispostas e pelo *status quo*. Isto constitui, francamente, uma das mais fortes raízes da corrupção.

Por vício de formação histórica, diz Limeira Tejo, temos

³⁰ É pelo bandoleirismo que se explica a origem do regime feudal, que agrupava, em torno do castelo senhorial, fortaleza da ordem, as populações agrícolas, desejosas de encontrar asilo e proteção, contra a rapinagem que desolava os campos - Henri Robert, *Os grandes processos da história*, p. 172.

³¹ J. E. Goldthorpe, *A sociologia do terceiro mundo...*, p. 369.

sido uma nação de charlatães, carreiristas, doutores por apelido e até de professores universitários que precisariam fazer um curso primário. A cavação - que é o emprego ou negócio obtido por proteção - é a arma do sucesso, a impostura o meio de alcançar posições, o brilho do 'traquejado' a condição essencial para fazer parte dos conselhos de Estado, integrar comissões administrativas, assumir a chefia de serviços, assessorar o presidente da República³².

A nossa ordem social não é apenas carregada de privilégios, conservadora, estática ou paralisada. Ela é **paralisante**. Não é suficiente alguns pararem no tempo com seus privilégios e favorecimentos, é imprescindível que todos permaneçam neste abraço de inércia, e se para tanto for necessário, cortam as asas de quem se atrever a alçar algum vôo acima da linha do mar. Evidência que se vê nas palavras de desesperança de Guimarães Rosa: dar certo, no Brasil, é muito perigoso; é um lugar onde o sucesso alheio ofende (a discórdia entre talento e felicidade no Brasil é secular)³³. Portanto, não é exagero verbal dizer que temos uma **estrutura social paralisante**.

É fácil depor um exemplo para ilustrar o que acabamos de afirmar acima. Os núcleos de colonização na onda migratória transoceânica deslanchada com a independência política representam a prova incontestada do efeito ofídico e paralisante de nossa ordem social. O povoamento estrangeiro - diferente do que se esperava - logo aderiu às velhas regras professadas pelos mazombos coloniais, tomando de empréstimo o espírito sugador e ocioso da ordem social aqui jacente. Uma massa de gente que deveria com o trabalho e a dignidade do esforço próprio representar uma excepcional força de democratização, rapidamente corrompeu-se, aderindo à fácil ambição de alcançar posições nos balcões administrativos do Estado. Os ansiosos elementos livres para povoar a nova terra e recheá-la com novos e fortes costumes, facilmente se escravizaram ao velho espírito nativo, demonstrando, com isso, uma grande capacidade de assimilação! Ou, por outro lado, fraca resistência ao efeito paralisante da sociedade indígena.

Tal fato não passou despercebido de intelectuais estrangeiros, que não conseguem esconder certa perplexidade, a

³² *Retrato sincero do Brasil*, p. 23.

³³ Vejamos também a posição de T. Barreto a respeito: "São inúmeras as causas do atraso em que jazemos; mas, entre elas, se me antolha de uma influência enorme a falta de discernimento em apreciar o verdadeiro mérito" (*Direito público brasileiro*, em: *Estudos de Direito I*, p. 131).

exemplo de Pierre George, para quem na “América do Sul tudo se processa como se a pressão da imigração do século XIX não tivesse sido suficientemente forte para rebentar as cadeias das estruturas sociais do período colonial e imediatamente pós-colonial. Estruturas sociais paralisantes e demora na industrialização dão ao povoamento das terras tropicais, como ao da zona temperada da América do Sul, características profundamente diferentes das da América do Norte e da Austrália”³⁴.

3.4. O filhotismo brasileiro

“Tudo perece com o tempo
Bastões, fachadas, brasões d’armas,
Arminhos, bandeiras, escudos...
Eis que tudo isso é simples fumo”
(Nicolau de Malézieu).

Embora largamente utilizada, a prática do filhotismo e da apadrinhagem não é revelada em público, nem pelos beneficiários nem pelos beneficiadores. Buscam eles, na verdade, cheios de vergonha - alguns mais atrevidos e orgulhosos, cheios de ira -, reprimi-la, ocultá-la e negá-la³⁵. Isto porque, ela é marcada por um *prestígio negativo*, que embora torne prestigioso e influente o apadrinhado (num plano subterrâneo, obscuro e dissimulado), é repelida pela sociedade e pela censura pública, e até pela cortina de fumaça da hipocrisia institucional. A história universal nos dá um exemplo semelhante. Os usurários e banqueiros judeus de Portugal, nos séculos XV e XVI, embora ricos e poderosos, não desfrutavam da simpatia social, e, portanto, de poder político. E isso porque de acordo com o código da Igreja de então, o emprestador de dinheiro era de fato, segundo os decretos do Terceiro Concílio de Latrão (1175), Lião (1274) e Viena (1312), um réprobo. A propriedade, na época, para ter significação política e social, tinha de vir diretamente da terra, o que explica a política anticambista e anticapitalista. Como diz Heilbroner, os primeiros capitalistas não eram

³⁴ *Population et peuplement*, p. 129.

³⁵ Esforço inútil, pois como as coisas no mundo estão dispostas de acordo com a verdade e o bem, não há refúgio entre o céu e a terra capaz de ocultar um tratante. Cometido um crime ou feita uma trapaça, faz-se de vidro a Terra. Alguma circunstância denunciadora sempre transpira.

os pilares da sociedade, mas os párias, os *déracinés*³⁶.

Mas, apesar da censura pública e do repúdio quase unânime, o patronato persiste, submerso num plano obscuro (mas vivo), condicionado pela cabala do corporativismo e do burocratismo, avançando intimoratamente sobre o serviço público, que é reconhecido como próprio e pessoal; não raro, hereditário. A troca de benefícios é a base de sustentação dessa prática medieval. É uma via de mão dupla, um *toma-lá-dá-cá* lúdico, um arranjo de comadres...! Um não escuta, não vê e nem fala, finge até não existir para não perturbar o gozo de mando do outro (com todas as caudas que acompanham esta fruição: arbítrio, rapinância, impostura, etc). Este agradece e retribui com facilidades e comodidades funcionais. E assim o círculo vicioso dessas relações primárias de ajudância, com elos firmemente soldados, vai se eternizando na associação entre beneficiários e beneficiadores, apadrinhados e apadrinhadores, e na indiferença esperançosa dos excluídos esparramados no pó das crenças perdidas. Hoje os que recebem graciosamente, serão amanhã os beneficiadores, e assim as coisas prosseguem, num atavismo irritante, medieval e caduco. O melhor dos mundos para uma diminuta minoria!

Os excluídos indiferentes (mas esperançosos), referidos acima, com suas “cabeças de avestruz” enterradas na fofa areia da conveniência, esperam, numa espécie de resistência passiva e silêncio prudente, lograr o benefício no futuro, como retribuição ao seu frutuoso e respeitoso silêncio – compõem, por isso, uma categoria especial, os *beneficiários retardatários*. Como quem diz de si para si: “Calma, paciência, a minha vez chegará”. Hoje vítima, amanhã carrasco. Há uma explicação para tanta esperança: a injustiça é cíclica, sinuosa, vai e volta. O segredo para ser premiado com a injustiça é um só: esperar pacientemente e de boca cerrada. Agir como o pássaro surpreendido por uma tempestade: se encolher e manter-se imóvel. Se o indivíduo nada tem de mais precioso para empenhar na troca, acaba sendo o silêncio, a omissão, a obediência sem indagação e sem réplica, a brandura de modos, a complacência e as convicções moderadas, os subprodutos mais valorizados nos balcões administrativos. Este jogo comadresco de antigo estilo é uma válvula de segurança garantidora da estabilidade institucional, que leva o “excluído” eventual a aceitar com estoicismo e com a impassibilidade pétrea, um ou dois atos de injustiça – ou alguns - até a sua inserção na posição que entende ser de direito, face às acrobacias morais a que foi

³⁶ *Grandes economistas*, p. 13.

forçado a realizar. Após isso, fica provisoriamente apaziguado, mais uma vez silenciado, encapuchado, abatido, amordaçado com o sedenho da conveniência. Afinal, silêncio é sinônimo de merecimento – tolo silenciado, sábio louvado, diz o código tribal.

É o ideal das mediocracias: indivíduos que não se incomodam por nada (a não ser por seus interesses singulares e pessoais) e não incomodam ninguém, sem possuir nenhum propósito fundamental de vida. Um teatro de marionetes...! Sítio estreito onde é força calar; onde só existem duas alternativas: a evasão covarde, por um lado, e o partidarismo, por outro.

Francis Bacon, interpretando a fábula de Endimião (pastor amado pela Lua exclusivamente quando estava dormindo; em troca desse amor furtivo, seus carneiros engordavam e se multiplicavam), diz que os príncipes (representados pela Lua) – na versão moderna, governantes, administradores etc. – não admitem facilmente ao seu convívio homens perspicazes e curiosos, que estão sempre atentos e nunca dormem. Preferem os de caráter brando e complacente, que obedecem sem perguntar, parecem ignorantes e obtusos, e estão como que adormecidos. Acatam e não esmiúçam³⁷. *Haec fabula docet...* Indivíduos que não se incomodam por nada e não incomodam ninguém. O ensinamento moral do mito é imorredouro e adequa-se com perfeição ao sistema interno das atuais organizações administrativas do país e ao exercício do poder político, que repelem de si os talentos e aninham as nulidades, engordando-lhes ainda, como a Lua da fábula, o saldo bancário e o ego de toupeira. Espetáculo que pode ser reduzido à sabedoria adagial: “Antes um asno que me carregue que um cavalo que me derrube”.

Há, verdadeiramente, uma conspiração de silêncio, com flagrante prevalência da opinião de que, por mais profundas que sejam as discórdias, o prestígio e a própria sobrevivência do grupo dependem de uma frente unida cuja liga mais forte é o compartilhamento de convicções moderadas, quando não, conservadoras. O limite de tolerância para os conflitos internos e a rota racionalizada para a solução é a baliza do meio-termo, do equilíbrio, do compadrio. O sentimento de que a camarilha privilegiada tem o dever de manter-se unida e leal entre si, aflora à percepção do menos observador dos homens. É a lógica institucional – troca de favores entre beneficiados e beneficiadores

³⁷ *A sabedoria dos antigos*, p. 44.

– que acaba por absorver e obter a adesão até dos mais renitentes e rebeldes.

Existe um grupinho de excluídos, todavia, que ao invés de ficarem calados e esperarem passivamente sua vez na cirandacirandinha, adotam, por cálculo maquiavélico, a postura de criticastros ácidos, mordazes e temíveis. Mas não passa de um *mise-en-scène*, de um efeito cênico, de uma farsa ridícula. No fundo, querem atemorizar a cúpula dirigente (e ordenadora de despesas), e pela chantagem do terror, obter dividendos que por outro modo, viriam lentamente – dada a preferência pelos apadrinhados. Inserem-se, a custa de marteladas e bordoadas, como piolhos por costuras, nas dobras convenientes da administração. E lá perdem o ímpeto de guerra, e de supostos generais-em-chefe da brigada rebelde, passam a soldados subservientes e saciados, prontos a recolher as vantagens materiais ligadas à nova situação. De incendiários irresponsáveis, passam a bombeiros disciplinados e alinhados, enquanto nada muda na combustão espontânea da corrupção disseminada e da sem-vergonhice institucionalizada. Oportunistas sem consciência é o que verdadeiramente são! Ah, dizia Thoreau em tempos passados, como fede a bondade corrompida: é um odor ao mesmo tempo humano, divino e de carniçal! Razão talvez assista a um polêmico pensador nacional quando dizia: os vigaristas de hoje não vêm mais dos antros marginais das cidades, tangidos pela perseguição policial. Rompem dos estratos sociais mais estilizados, aboletam-se em cargos públicos e aí deitam raízes, a sugar para todos os lados, amarasmos, esmorecidos.

O silêncio vale ouro para uma administração pública fundada no familismo e no mais de primitivo que exista na sociedade; é sempre a mais natural e melhor maneira de se conduzir. Tanta importância tem o silêncio que alguns espertalhões de personalidade sintética (numa combinação química de velhacaria com oportunismo), como dito acima, valorizam-no em si pela adoção sistemática da prática mais adversa ao mutismo institucional: o criticismo irresponsável, rude e viperino. Uma técnica comercial disfarçada de propósitos elevados. Mas o véu de uma ilusão rasga-se com a mesma facilidade com que é tecido, e estes velhacos de uma hora para outra se vêem descobertos em sua pérfida intenção, embora já com o butim firmemente seguro nas presas de mercenário.

Conta-nos Paulo Mercadante que no período após a independência política do Brasil surgiu uma elite – já nossa conhecida

– que exercia uma espécie de censura sobre aqueles pretendentes em ingressar na vida pública. “A admissão à vida pública só se fazia mediante a confiança do grupo dominante. Ingressava na magistratura ou na administração, na política ou no magistério, tornando-se membro do partido conservador ou liberal, após demonstrações inequívocas quanto às suas convicções moderadas”³⁸.

Trazendo a lição histórica e cotejando-a com o tempo presente, vemos a sobrevivência do passado em alguns hábitos e costumes de hoje. É certo que o concurso público coíbe, por muitos ângulos, a antiga censura, mas não a elimina por completo. Quando não há trapanças ou fraudes nas provas – e a experiência diária nos confirma da presença delas em muitos setores públicos –, elas surgem, subterraneamente, quando a pessoa já integra o serviço público e busca sua ascensão na carreira – o familismo, o favoritismo, a apadrinhagem etc, compõem o rol de trapanças. E aqui, se analisarmos com cuidado, veremos que a elite sempre encontra uma fórmula para fazer do avanço uma âncora aos seus privilégios. A diferença é que no passado a censura era aberta, hoje é subterrânea (embora dentro do grupo seja escancarada), e talvez, por isso, seja até mais eficaz – o que representa uma avanço qualitativo nas manobras de sobrevivência dos privilégios grupistas. Ou seja: são conservadores em relação ao avanço da sociedade, mas progressistas no que tange às táticas de sobrevivência do grupo! “Progressista” talvez não seja a palavra adequada para a esperteza raposina dessa gente, mas “adaptabilidade”, aquela adaptabilidade passiva de que já falei alhures³⁹.

Outra conclusão extraível da lição acima é que – e isso não mudou em nada – para compor o grupo de elite (e obter dele os favores e a proteção de rebanho), o indivíduo precisa provar categoricamente que reza pela mesma cartilha, professando o mesmo credo ideológico e acreditando nos mesmos deuses – e até nas mesmas visagens. E para isso precisa ser discreto – uma sombra que se esgueira –, pesar em balança de precisão astronômica cada palavra que articula ou escrevinha, andar com um saquinho de verdades pré-fabricadas – e gastá-las com moderação senão com sovinaria –, manter uma postura de respeito e de servilismo às autoridades mais velhas e, verdade seja dita, bajular a valer! Amaciar a cabeça com toda a espécie de bajulação,

³⁸ *Ob. cit.*, p. 277.

³⁹ João Gaspar Rodrigues, *O atraso brasileiro – uma exposição crítica das vergonhas nacionais*, p. 150.

para devorar o corpo, como dizia Alencar em relação ao clero de sua época.

Há quem veja no puxa-saquismo uma profissão; uma profissão tanto mais apetecida quando se vislumbra a facilidade de seu exercício, que não exige habilitações obrigatórias, nem horário fixo, sendo altamente rendosa e mesmo divertida. A perfídia, a intriga, a adulação e o servilismo proliferam ao mesmo tempo, como ramos da mesma árvore, e são os meios de que se serve habitualmente o puxa-saquista, tendo-os por princípios. E não apenas estes vícios disputam nele a primazia. A opinião de que a honestidade e a probidade são ilusões, deixa-lhe visível marca no caráter e dita sua máxima de vida: “Adivinhar quem irá ganhar a partida e colocar-se logo ao pé dele”; pertencer ao quadro vitorioso, estar com a onda do futuro. Pouco se lhe dá para subir, se o faz de rastos ou às gatinhas. É, enfim, um receptáculo fácil de dejeções morais.

Ele não olha de frente, seu espírito ama os recantos, as evasivas e as portas secretas; tudo o que se esquiva o encanta, aí encontra ele seu mundo, sua segurança, seu repouso; sabe como ninguém conservar o silêncio, não esquecer, esperar, diminuir-se provisoriamente, amarfanhar-se. Venera, enfim, a prudência, a prudência da decadência, numa visão nietzschiana. E impõem-se pelo número, fortalecem-se no calor do rebanho e se divertem uns com os outros. Procuram-se. Atraem-se.

Acima de tudo, quem quiser tirar proveito institucional e “subir na vida”, além de pertencer à “família certa”, dizer e fazer as “coisas certas”, saber como “agir certo” e associar-se com as “pessoas certas”, não pode ser um fator de perturbação. Não devem ser *pessoas*, mas protótipos, que não vivem segundo o sentido humano da palavra: seguem *leis de procedimento* sem conteúdo moral. E foi isso que o grande economista John Maynard KEYNES (o homem que pegou pelos cabelos o mundo capitalista, como diz Heilbroner) percebeu no serviço público quando por dois anos permaneceu no Departamento da Índia, a serviço da Inglaterra. Verificou que no serviço público uma observação impensada pode levar alguém ao ostracismo.

Quando um indivíduo, por um motivo ou outro, passa a incomodar o *status quo*, as inimizadas “gratuitas” atiram um laço pelo pescoço da criatura perturbadora da paz, numa espécie de filosofia de viver e *não* deixar viver. Este “laço” no jargão dos velhacos recebe inúmeras acepções: *sacanagem, armação, grampo, mexerico, intriga* etc. É uma caudal vocabular que enriquece continuamente o idioma falado na terra e empobrece a moral.

No pugilato sabe-se que um *job* no estômago é fatal para o adversário, podendo representar o sucesso no combate. O mesmo princípio é aplicado na vida comum. Quando um indivíduo com seu comportamento ou discurso passa a destoar da grande maioria, alguns representantes desta dispõem-se a armar o teatro onde germinarão os laços ou *sacanagens* (com escusas pelo emprego do chulismo), com o intuito de pegar o insolente elemento. Normalmente, tais indivíduos para fazer calar a língua “maledicente” do agressivo indivíduo, projetam prejudicar-lhe por algum modo na carreira profissional, de onde provêm os meios de sobrevivência. Eles atacam o “estômago” como o inimigo que corta o suprimento de víveres do exército invasor para lograr êxito no combate. É a política castrense de *terra arrasada*. Não há diferença no esporte, na guerra e na vida profissional; em tais espaços, todos os meios são lícitos para alcançar os fins.

Narra José de Alencar, em *O Garatuja* (p. 07), livro de crônicas coloniais, que naquele tempo o cidadão, porque servira cargo de juiz de fora e presidente da câmara, julgava-se obrigado a oferecer a seu país o fruto dos conhecimentos adquiridos nas diligências do serviço público. Hoje em dia, continua Alencar (nos idos de 1872), nem a juízes, nem a edis, sobra tempo para se ocuparem com tais nugas, pois todo se vai em subir e descer de escadas, por e tirar o chapéu, dobrar e torcer a cerviz. Eis um retrato atual, atualíssimo, do nosso pingue e enxundioso beneficiário.

Retomemos o fio da meada. O familismo, como movimento anti-social, insere um germe de corrupção altamente poderoso no serviço público. Ele estimula a *lealdade emocional* ao invés da *lealdade normativa* ou *institucional*. O indivíduo premiado pelo esquema de parentesco aprende a reconhecer, antes de tudo, uma atitude de respeito e lealdade com os grupos familiares ou seu superior imediato, depreciando os objetivos globais da organização administrativa ou mesmo os objetivos mais específicos de seus cargos. Sua relação com a administração passa a ser simplesmente utilitária, parasítica e de

exploração. Ou seja, a conquista do cargo ou da ascensão funcional interna, o sucesso profissional na carreira, não se deve ao trabalho nem à instituição – através das normas regulamentadoras e de movimentação da Administração -, mas aos laços sanguíneos e à rede de padrinhos. Portanto, é natural o sentimento de reverência e gratidão voltar-se para fora dos quadros administrativos. Remarque-se, portanto, a fidelidade do apadrinhado não será, e nem poderia ser, com os fins administrativos e funcionais, que se identificam em suprema instância com os do povo, mas, como sempre, com o grupo que lhe apóia. Talvez se salve um ou outro desse esquema de vassalagem às camarilhas, mais pelo estofo moral individual, do que por eventual fragilidade da lógica do sistema.

É o beneficiário do esquema de parentesco o grande sabotador do sistema institucional. Para conseguir seus objetivos, ele não só apenas não trabalha, como conspira contra os fins institucionais quando, por exemplo, não atua funcionalmente para preservar relações familísticas.

Sobre a *lealdade emocional* dos beneficiários do esquema familístico há curiosa passagem atribuída ao Duque de Caxias, onde ele, chefe de numerosa família de militares, nunca quis junto de si os seus parentes; nem nos campos de batalha nem na administração pública. Defendia o sistema com esse argumento: “...os desonestos vêm que correm menos riscos junto do poderoso, quando contam com **a cumplicidade dos parentes**; estes ficam por isso mais expostos à tentação; ora, a demissão ou a simples dispensa de um parente colocado em cargo de confiança seria, entretanto, uma punição mais cruel que a de um estranho; além disso um general ou um administrador não pode confessar que, fora de sua família, não tem soldados leais nem amigos dignos, porque, nesse caso, deveriam renunciar ao comando”⁴⁰.

O serviço público é tido ainda, num país depauperado como o nosso e submetido docilmente às garras do Estado, como a principal fonte de poder, prestígio, glória, estabilidade e enriquecimento. Um símbolo social de superioridade. O “ideal da vadiagem paga”, como dizia Euclides da Cunha. Principalmente, para quem não tem pruridos de moralidade e deita a dormir a consciência. Por isso, há uma casta que se encasula nos cargos públicos, onde faz seus ninhos de rato, tornando-os quase familiares e hereditários. Uma espécie de

⁴⁰ Visconde do Rio Branco, *apud* Alberto de Faria, *Mauá*, p. 40.

“patriciado administrativo”, faminto por empregos públicos, numa “infatigável ânsia de fortuna”, no dizer de Rocha Pombo. E assim, o serviço público serve de despejo para os membros menos competentes da comunidade, porém, bem arranjados em termos de família, amigos e padrinhos. E é nas mãos destes ignorantes donde pendem os cordões administrativos, já dizia antigo escritor, que de longa data se encontram os destinos do país.

É preciso lembrar que o concurso público de provas e títulos é uma conquista contemporânea (ainda escamoteada pelo favoritismo) insculpida nas Constituições modernas (entre nós, data da década de 1930). No Brasil, entretanto, o momento histórico da instituição dos concursos públicos só assume importância para os cronologistas, porque administrativamente há subsistemas que ainda logram reduzir a higidez do sistema instituído. A história revela que os cargos e funções públicas eram adquiridos, ou por herança ou por pecúnia⁴¹. A venalidade dos cargos garantia a preeminência social às classes abastadas e aristocráticas, que votavam respeitável desprezo à instrução. Lamentavelmente, ainda resta, nos dias de hoje, resquícios desse esquema pretérito. Eliminar totalmente este hábito ainda está a exigir algum tempo e muita bordoadas na canalha mal acostumada.

A “nobreza” familística moderna, tal como as antigas linhagens aristocráticas de tão triste memória, nutre igual desprezo pela instrução e pelo trabalho árduo. Era uma raridade os chamados “fidalgos de pena e tinta” – *gentils hommes de plume et d'encre*.

O familismo moderno tem uma ligação muito íntima de similaridade com o tribalismo adâmico, motivo pelo qual, não é impróprio falar em destribalização como forma de purificar essas redes de obrigações sociais – de parentes e amigos -, tornando impessoal e afetivamente neutro o relacionamento social, no que tange à busca de oportunidades no mercado de trabalho (público ou privado). Enquanto não houver uma separação nítida da vida pública em relação à vida doméstica, a sociedade permanecerá no jardim de infância do desenvolvimento social – uma civilização tribal, muito assemelhada, em pontos fundamentais para o progresso, com a primitiva ordem comunal.

⁴¹ “Os próprios cargos públicos do Brasil, reservados a premiar serviços e colocar a nobreza ociosa, passaram a ser vendidos, a partir do século XVIII” (Raymundo Faoro, *ob.cit.*, p. 274).

As tribos antigas não passavam de grandes uniões de grupos humanos vinculados por laços de parentesco. Dividiam-se em gens, que por sua vez, constituíam-se de um grupo de pessoas, tendo por liga o parentesco consanguíneo. E é no parentesco – e no seu sistema disciplinar – que a história registra a primeira forma de governo (prerrogativas do patriarca), seguido pela autoridade e por último, pela cidadania.

São traços característicos do familismo: a cooptação, a hereditariedade e a endogamia. Tudo isso sob o aconchegante calor do sentimento tribal. Sob essa estrutura viciosa e complacente, não se pode aconselhar os mesquinhos protegidos (afilhados) a terem uma coragem firme, uma atitude acima da dúvida e uma têmpera que não se dobre sob as agruras da vida.

Não se pode negar que o patronato em determinados períodos da humanidade tenha obtido justificação e acolhida social. Igualmente, reconhece-se que tenha servido, dado o caráter endógeno e familiar, a empresas históricas incapazes de serem levadas a cabo por um sistema social aberto e competitivo. Exemplo são as grandes navegações do século XV, onde segundo Raymundo Faoro, “somente esta organização política ensejaria, naquela hora, a magna arrancada ultramarina”⁴². Por esta quadra histórica ainda tinha ampla repercussão, pelos seus saudáveis efeitos práticos, a roçarem pela vida cotidiana, o ensinamento escolástico de Santo Tomás: os deveres para com os parentes primam sobre os deveres para com os estranhos.

O ensinamento de Santo Tomás, entretanto, não encontra amparo naquele que foi o fundador do Cristianismo: Jesus Cristo. Primeiro, Cristo desautorizou e condenou o patriotismo tribal dos judeus em se suporem credores privilegiados de Deus (o povo eleito) – parábola do bom samaritano e dos trabalhadores. Depois afastou todas as afeições familiares estreitas e restritivas, remarcando que no Reino do Céu não há privilégios, nem concessões, nem escusas e pretextos. Todos são tratados com igualdade. Em

⁴² *Os donos do poder*, p. 67.

Mateus 12:46-50 vem inscrito: “Certa vez, estando ainda a pregar ao povo, a sua mãe e seus irmãos chegaram e desejaram falar-lhe. Então disse-lhe alguém: - Olha, tua mãe e teus irmãos estão aí fora, desejando falar contigo. Mas, respondeu ele, dirigindo-se àquele que lhe falara: - Quem é minha mãe? E quem são meus irmãos? E estendeu para os seus discípulos as suas mãos e disse: eis aí meus irmãos e minha mãe! Pois quem quer que faça a vontade de meu Pai que está no Céu, esse é meu irmão, irmã e mãe”.

Era um tempo (Idade Média) em que as pessoas recepcionavam com muita docilidade os produtos do passado. Era um meio governado pelo hábito e pela tradição. Época cinzenta, em que a mudança histórica (e social) seguia uma linha evolutiva linear, sem sobressaltos, nem contrastes. Bárbara, cruel, inculta, mas estável, imóvel, satisfeita. A vida quotidiana desse tempo transcorria em nível terrivelmente baixo, física, intelectual e moralmente. Cada pessoa tinha e conhecia seu lugar, e parecia aceitá-lo com certo grau de satisfação ou de resignação, pois não despendia muita energia para manter-se imóvel. Período onde as diferenças entre pais e filhos eram pequenas, insignificantes, em que estes eram simplesmente continuadores, imitadores servis daqueles. Todos queriam ficar em paz para viver como seus pais tinham vivido e como seus filhos viveriam. A reverência, a obediência, não conheciam os sobressaltos da rebeldia. O mundo era enfadonhamente previsível⁴³. Ao invés do risco e da modificação, a palavra de ordem era a segurança primeiro. Neste meio histórico e social, as proteções familísticas, nos termos ensinados pelo padre da Igreja, eram extremamente importantes para a sobrevivência do indivíduo.

A importância do esquema de parentesco, nas palavras de Goldthorpe, como instituição dentro da qual as pessoas nascem, unem-se e morrem, não tem paralelo na ascensão do moderno Estado industrial, com toda sua complexidade; sua relativa

⁴³ Era um tempo facilmente compreensível, fácil de penetrar, nenhum véu ocultava sua ordem e seus princípios. Era um mundo auto-reprodutor, auto-suficiente, cristalizado, fossilizado, mergulhado em seus costumes e com eles satisfeitos.

importância, entretanto, parecia afetada pelo fato de que há muitas outras estruturas sociais além da família, e a caminho de adquirirem importância comparável (*Sociologia do terceiro mundo...*, p. 189).

As instituições nascem, desenvolvem-se (modificam-se até para perdurar) e perecem. Não é o reconhecimento da teoria organicista que nos leva à afirmação. A instituição surge para suprir uma necessidade social. Quando sua utilidade cessa em virtude de mudanças sociais, ela torna-se inútil ou até mesmo pernicioso (de instituição social passa a ser anti-social) – como é o caso do familismo –, dando-se o seu perecimento (que pode ser a perda de sua funcionalidade, sem a extinção propriamente dita). Sua perdurabilidade tem a ver com o atendimento das necessidades sociais em diferentes condições históricas.

Nada se ganha em preservar formas passadas quando novas condições exigem mudanças nos objetivos e funções de uma instituição. Na verdade, perde-se, e perde-se muito! O que antes apresentava uma funcionalidade social, passa hoje a ser um problema social. Nenhuma forma institucional pode satisfazer perpetuamente as necessidades da sociedade.

Francisco Rodrigues Lobo, cronista lusitano, revela como no período quinhentista se dava a ascensão social numa sociedade atrasada e fechada como a portuguesa, em que o merecimento nada valia e a conquista do emprego, do posto, da dignidade se fazia à custa da intriga bem tecida, do cálculo, da conversa doce e de hábeis elogios. “E como neste tempo os homens estão já desenganados de quão pouco valem merecimentos; que vieram a chamar valia às aderências⁴⁴, e lhes tem mostrado a experiência a verdade daquele rifão que cada um dança seguindo os amigos que tem na sala e que só põe em pé os serviços que os arrima a boa parede, por mais arrastados que andassem na opinião da gente, já nenhum pretendente discreto faz tanto cabedal⁴⁵ deles (merecimentos) como de ministros que o ouçam, criados que o admitam, amigos que o lembrem, ricos que o abonem, terceiros que o cheguem e peitos que o despachem. Para o que o avisado, depois de fazer o sinal da cruz à sua pretensão, primeiro sabe os que valem com o Príncipe, depois disto os que têm lugar e entrada com os privados⁴⁶,

⁴⁴ Aderência aqui significa “união, adesão”.

⁴⁵ A expressão idiomática “fazer cabedal de” significa “dar ou ligar importância a”.

⁴⁶ Favorito.

logo conhecer os criados mais mimosos; em sabendo a sala do valido⁴⁷, tomá-la de empreitada, ser contínuo no passeio dele, aonde a todos a primeira cortesia e o mais humilde seja a sua, o riso sempre na boca, os oferecimentos na língua, os olhos só no seu intento; dar o melhor lugar a todos, porque acaso não falte a algum que pode ser em seu favor; não se aparte da vista do que granjeia; faça-se encontradiço aonde o veja, na igreja tomar o lugar da porta, na sala, a saída, no acompanhamento, o dianteiro, para parar aonde fique tomando os olhos do privado⁴⁸, para assim, ou com a continuação mereça, ou com a importunação o despache; use do traje limpo, mas não custoso, o comer, leve, mas concertado, porque arguem moderação com gravidade; o falar, sempre à vontade do ministro, dizendo os améns a todas as suas orações; mostrar-se ao favor humilde, à repreensão, agradável, à esperança, contente, ao desengano, confiado; falar a todos no seu negócio, porque muitas vezes acerta um, de que ele não esperava, abrir caminho a seu despacho; (...) vê tudo e olha pouco; vigia porque, como dizem, a quem vela, tudo se lhe revela, mas, com os olhos no que procura, dissimula o que vê; ouve e não escuta: e assim, as más respostas dos ministros cansados ou insolentes não o escandalizam, antes lhes mostra alegria fazendo do escândalo matéria de agradecimento; cheira de longe o que receia, e dissimula, fingindo confiança no que merece; apalpa e tenta todos os meios de seu remédio e finge-se ignorante a tudo o que lhe revela; (...) acomodar a vontade com a sua em um voluntário e forçoso cativo⁴⁹.

Eis um espelho que ainda reflete com perfeição a prática secular das estratégias que substituem o mérito na aquisição de projeção social. Uma postíca ascensão social, diga-se a bem da verdade, à vista dos modernos padrões de competitividade, pois dentre outros (cooperação e ajuda mútua), subverte o consagrado princípio da vitória do mais apto e do mais capaz, em prol da corruptela do melhor adaptado ao ambiente social (que resultou no moderno *darwinismo social*), convertido na *jungle-law*, numa competição impiedosa pela sobrevivência darwinística dos mais inescrupulosos.

⁴⁷ Favorito.

⁴⁸ Favorito, valido.

⁴⁹ *Corte na aldeia*, Lisboa, 1945, pp. 289-291.

4. Os grupos privilegiados e a herança social

É verdade científica, garimpada no ramo da ciência específica, que as estruturas sociais de um país podem frustrar numa parte notável o fruto dos esforços de desenvolvimento de sua gente. Tentar o desenvolvimento *à outrance*, com uma estrutura social desfavorável, quando não, francamente contrária – face à manutenção dos privilégios –, é como remar contra a maré, o único efeito manifesto é o cansaço, o imobilismo desalentador. O progresso não é mecânico nem automático; depende de dois elementos: do esforço e da vontade dos homens.

O indivíduo, através do talento, do esforço próprio e da vontade firme, pode triunfar em qualquer meio. Todavia, o êxito completo exige uma certa organização da vida comunitária, no sentido de propiciar ao indivíduo condições indispensáveis ao seu desenvolvimento perfeito. Isto porque, mesmo sendo o indivíduo um todo fisiológico, moral e intelectual, não é separável do meio social circundante. A natureza humana é intrinsecamente social, forjada no atrito das relações sociais, o que levou Heidegger a dizer que o homem não é dotado de uma essência ou natureza imutável, mas é, pelo contrário, uma realidade sempre informada de novo pela história e pela sociedade envolvente. As próprias qualidades do homem que fazem dele um ser humano – linguagem, moral, cultura – são, em si mesmas, produtos sociais. O homem isolado, independente, nunca existiu, a não ser no espírito fantasioso de Rousseau. O homem é, ao mesmo tempo, uma criatura de circunstâncias (sociais) e um criador de circunstâncias; é, em suma, um produto da sociedade, mais do que sua causa.

Entre nós, diria o sábio de Escada⁵⁰: “Tudo que constitui o homem de hoje, o homem do *direito*, da *moral*, da *religião*... é um produto social”. O indivíduo deixado em completo isolamento, deteriora-se mental e fisicamente, e sua natureza humana gradualmente degenera.

No final do século XIX, Émile Durkheim, considerado o pai da moderna sociologia, revelou que a natureza humana é meramente o material indefinido que o fator social molda e transforma. O homem é homem porque tem uma vida social. A história revela,

⁵⁰ Tobias Barreto, *Estudos de direito e política*, p. 25.

assegura Durkheim, que mesmo as emoções mais profundas como o ciúme sexual, o amor do pai por seu filho ou filha, ou o amor filial pelo pai, estão longe de ser inerentes à natureza humana. Assim, pode-se dizer, que a mente humana é uma tela vazia, cujo preenchimento se dá à medida que a pessoa amadurece, adquirindo os matizes da cultura local. Georg Simmel e o cientista franco-russo Dimitrie Draghicesco, por outro modo, acentuaram que o indivíduo é simplesmente um reflexo microscópico da sociedade em que vive.

É falsa a representação que tem o indivíduo como uma espécie de ilha inacessível, onde a pessoa reina soberanamente, de onde sai quando quer e onde só penetramos com a sua autorização. Nada disso. Enquanto o indivíduo se dobra sobre si mesmo para escapar de toda e qualquer influência, o meio em que se movimenta, o ar que respira, a sociedade que o envolve, tudo isto penetra nele, nele se imprime, modela-o e forma-o, sem que ele se dê conta, sinta e, sobretudo, sem que ele disso tenha de se queixar; é assim que se forma a melhor parte de si mesmo. Ele não pode fugir do seu conatural gregarismo e nem do fato de que sua personalidade emerge do convívio social.

Dentro da sociedade brasileira, entretanto, existem certos grupos sociais atropilhados, que podem se constituir em entrave tanto ao avanço social quanto ao aperfeiçoamento individual, na defesa intransigente de seus privilégios. Mesmo quando os ventos da mudança são inevitáveis, como a avalanche de neve prestes a despencar do cume da montanha, estes grupos dominantes sempre encontram uma fórmula capaz de conciliar atraso com progresso. Ocorre, então, que a mudança é realizada de tal modo que as velhas classes dominantes e as velhas formações privilegiadas não sejam destruídas, mas acabem se fundindo com os novos elementos e as novas atitudes. É solução vulpina: reformar alguma coisa para que nada se transforme, e para isto embuçam-se de reformadores para não perderem a cena — *reformar para conservar*. Em suma, muda a música, mas a dança continua a mesma.

Que grandeza pode um povo sustentar se os seus agentes públicos não reúnem a principal qualidade exigida nos tempos modernos, que é a capacidade técnica e científica?⁵¹ Requisitos que são esmagados pela onda avassaladora do familismo favorecedor e

⁵¹ De acordo com Bertrand Russell, a base mais importante de todo progresso social deve ser a eficiência técnica aumentada, maior resultado a partir de uma dada quantidade de trabalho (*Princípios de reconstrução social*, p. 96).

apadrinhador. Nesta seara, muitos colhem seus rendosos cargos ou ascendem funcionalmente pela revelha arte do beija-mão e da pedincha, pés-de-cabra dos incompetentes e incapazes. De um lado, temos uma “força de progresso”, de movimentação (o trabalho digno e elevado), de outro, uma “âncora de inércia” (os artificios no trabalho, as maroteiras). Positivamente, o que se vê ostentado com volúpia é uma arrogância oca e vazia manifestada até na andadura e no ventre saliente (e pregueado) da criatura, sem raízes no merecimento intelectual ou técnico. O nascedouro - desse intolerável entesoamento - é a segurança proporcionada pelos padrinhos.

Por trás destas duas forças ou destas duas mentalidades, há uma tragédia cujo desfecho representará o futuro que aguarda o país. A incompetência administrativa, alimentada por diversos subsistemas – dentre eles, o famígero apadrinhamento -, cria um abismo para onde não cessa de rolar a expectativa de progresso do povo administrado e suas esperanças de uma vida melhor. Ferir estes anseios vale por mais algumas gerações de pessimismo e abatimento coletivo, ácido cujo poder destrutivo espalha-se pelo porvir da nação. As chagas nacionais, diante de uma época de exigências dinâmicas, não podem esperar um diagnóstico tardio, requerem sejam pensadas *hic et nunc*. As coisas não submetidas a uma mudança imediata, reconhecida esta necessidade, tendem a permanecer fixas, ou pelo menos, a apresentarem maior resistência ao processo de transformação. Num temporal não podemos perder tempo com especulações teóricas sobre os raios, o que vale é encontrar meios de fugir à fúria dos elementos.

Os beneficiários do apadrinhamento, submetidos ao oxigênio viciado do cargo público, obtido sem esforço, se não se esgotam totalmente, degenerando nos inevitáveis *ismos* (pedantismo, charlatanismo, almofadismo, filosofismo, gongorismo, enfatismo, carreirismo, proselitismo, localismo, provincianismo etc.), amortalham-se com os louros da conquista e passam a fruir placidamente um ócio indiferente, desdenhando o trabalho e a produtividade. Eis a recompensa que recebe o serviço público do afilhado cheio de apetite: indiferença e desdenho; preguiça e arrogância. E mais: ele não quer o bem da sociedade, mas como dizia padre Antônio Vieira, os seus *bens*; em geral, despreza toda forma honesta de atividade; não faz mais que chupar, aproveitar, encher-se, saciar-se, e ao invés de fertilizar o serviço público com bons préstimos de seu ventre repleto e insaciável, esteriliza-o com o seu mau exemplo.

O agente público criado e nutrido pelas benesses do nepotismo só conhece a *regra de três* que nunca contribui, nunca dá, raramente empresta e não faz senão a mesma pergunta a respeito de qualquer projeto: “Aumentará o número de pães?”. Importa ganhar o mais possível, trabalhando o mínimo necessário. É destituído do sentimento de honra e de retidão que deve presidir as relações humanas; idéias elevadas não as têm. Tudo - princípios, virtude, honestidade, seriedade etc. - é reduzido a simples meios e a meros substratos ínfimos de cálculos grosseiros. Depois que a moral do gozo material e do menor esforço se insinua, tudo o mais passa a ser de somenos em seu horizonte restrito.

É um espécime que adora arrotar conceitos melosos de justiça social, direito social, promoção social, pelos efeitos propagandísticos e demagógicos na estreita faixa intelectual do público-alvo, no vão empenho de se mostrar progressista e de acordo com os novos tempos. Mas não está preparado, nem acadêmica nem socialmente, para entender o alcance finalístico de tais termos nem dos novos tempos, pois aprisionado no anacronismo da ostentação oca de valores espirituais e materiais, como forma de manter um decaído prestígio pessoal e familiar. Quem é educado na guerra não sabe o que é paz; da mesma forma, quem é educado no egoísmo dos objetivos e apetites pessoais não sabe o que é espírito coletivo e solidariedade. A sua função social é de mero contraste, como o tolo que nos ensina a não sermos ridículos em nossos comportamentos e atitudes.

À dependência ao serviço público, ao trabalho, ao esforço construtivo e orgânico, estas criaturas preferem o servilismo fofo aos padrinhos e protetores de ocasião. E neste servilismo conveniente vê-se alguns traços característicos de seu comportamento: a gravidade, o formalismo, o orgulho, a sobranceira, o gosto pelo grandioso, pelo luxo, pela magnificência e pela pompa. Ao invés do culto à Minerva, rendem homenagens ao herói nacional Malasarte, o folclórico herói que sem esforço ou trabalho, mas somente pela astúcia, intriga, cálculo, manobra e habilidade, resolve todos os problemas.

Trabucar, laborar, dar à unha, afadigar-se, focar, lidar, mourejar, obrar, ralar, fazer serão, seroar, serandar, são expressões totalmente desconhecidas a estes indivíduos privilegiados. Todavia, albardar, depenar, aldrabar, imposturar, intrujar, mariolar, vadiar, bargantear, madracear, preguiçar, fazer cera, mangonar, engonhar, matar o tempo, madraceirar, inzonar, morangar, mandriar, marombar, andar

à tuna, aldear, parolar, à boa vida, ronçar, zumbaiar, apajear, bajular, turiferar, larachear, sabujar, adular, turibular, bajoujar, bafar, astuciar, velhacar, fradejar, marotear, parasitar, corvejar, gralhar, porquear, raposinhar, raposar, ratonar, suciar, engazopar, chatinar, barganhar, tramear, endrominar, larapiar, apadroar, onzenar, calacear, bazofiar, vagamundear, trampolinar, velhaquear, são termos bem seus conhecidos, a que se junta o *dolce far niente*. Nessas circunstâncias em que se encontra o apadrinhado, **nada fazer é fazer tudo!**⁵²

O beneficiário ainda tem entre suas “qualidades”, o de saber persuadir com eloquência, dissimular com cautela e calar quando é necessário não falar. Tem ainda o raro talento de *savoir-vivre* e a arte de se meter em toda parte e de saber tirar partido de tudo, com o elevado talento de falsificar o semblante de acordo com as exigências das circunstâncias (*aguda ciência das conveniências*). É a “unção feita homem”, na clássica definição de Luiz XIV em relação ao cardeal de Polignac. Também é tão voraz por privilégios que onde os encontra faz como a jibóia: engole sem mastigar. E com todos esses atributos, em regra, se tem na conta de um César caricato que chega, vê e vence. E aprendeu antes de todos, que para obter êxito na carreira pública, o indivíduo deve tratar os princípios e o Direito como entidades metafísicas, meros motivos para ressalvar aparências, e não como bases para agir.

Guardemos os rápidos traços com que o inesquecível mestre Aliomar Baleeiro pinta o nosso beneficiário: “Adivinhar quem irá ganhar a partida e colocar-se logo ao pé dele. Essa máxima digna de Sancho Pança, ou de qualquer homem apenas de pança, atingiu em nosso país, à perfeição inaudita de não se procurar adivinhar quem vence: adere-se, desacanhadamente a quem venceu” (*A política e a mocidade*, p. 37).

O perfil do nosso beneficiário, em regra, assemelha-se ao do francês Filipe do Palais-Royal, duque d’Orleans (regente de França em tempos idos), do qual se dizia ser insinuante e cheio de lábia, de uma diplomacia discreta e flexível, cheia de matizes, de meias-tintas;

⁵² Sintomaticamente, pelo rápido apanhado, a língua portuguesa é mais rica em variantes sinonímicas da vadiagem e das ladinices que do trabalho árduo e produtivo. Encerra na multiplicidade sinonímica o costume pouco lisonjeiro do ócio parasítico e da prática (provinciana) intriguista entre nós.

dava a entender sem se pronunciar; dava esperança sem se comprometer; aquiescia mesmo, embora não aprovasse; retrocedia sem renunciar; a sua preciosa afabilidade servia de defesa e de arma; era insensível às injúrias, impávido diante das ameaças; jamais se embaraçava com as promessas que seu constante desejo de agradar prodigalizava, sem contudo a isso dar importância; dizia sim a um e, momentos depois, não a outro, sobre o mesmo objeto.

O certo é que a luta por benefícios dentro dos quadros do familismo dá oportunidades ao bajulador ambicioso, ao maquinador esperto e ao insinuante de interesses escusos. E coloca a vida entre duas políticas: a do êxito *versus* a da honestidade. Nesta, os atos são aprovados de acordo com o código moral, procurando o agente conformar-se com o equilíbrio entre a liberdade individual e o respeito devido à necessidade dos demais e do futuro que a sociedade julga mais conveniente em todos os sentidos. Na **política do êxito**, os atos são julgados pela respectiva eficiência quanto ao alcance dos objetivos pessoais e imediatos, sancionando-se qualquer meio que permita alcançá-los sem correr grandes riscos de punição, de castigo ou de prejuízo.

A política do êxito revela claramente o abandono parcial ou total de uma filosofia social, com a conseqüente adoção de outra que tende no sentido de progredir desde o conceito solitário de vida para o da forma predatória ou de rapina. Esta filosofia é uma espécie de doença social (*parasitose social*) que na hipótese de ir muito longe pode significar a progressiva falência das medidas de repressão de caráter moral, e, finalmente, o aumento da confiança franca de todos no direito da força e da astúcia. Tal postura perante a vida, acarreta, enfim, uma luta de extermínio (*nature red in the tooth and claw*), onde os implacáveis instintos da *jungle* e as leis impiedosas do estado de natureza prevalecem na grande comédia social.

Todo vício ou virtude social tem uma razão cujas raízes mergulham na história e aí recebem a devida explicação. A história é um campo de prova, sem a qual o presente se torna um grande enigma e cujas repercussões se refletem na posteridade. Dado esse caráter elucidativo e explicativo, a história desempenha na ordem das realidades sociais, segundo um antigo e acatado sociólogo, um papel análogo ao do microscópio na ordem das realidades físicas. E a partir daí, pode-se indagar: a repulsa de alguns grupos ao trabalho orgânico e a preferência escancarada pelas facilidades ilegítimas do serviço público estatal, onde recebem seu batismo histórico? Explicar determinado comportamento

social é compreender os diversos elementos que serviram à sua formação, é mostrar as suas causas e as suas razões de ser. O descobrimento destas causas pressupõe uma referência ao momento em que elas foram operantes, ao momento em que suscitaram o comportamento que procuramos entender. É somente cortando e aprisionando este momento que se torna possível compreender como estas causas agiram e as conseqüências que geraram. Este momento, entretanto, ficou para trás. O único meio de conseguir saber como nasceu cada um destes elementos é observando o próprio instante em que nasceu. Este nascimento se deu no passado, conseqüentemente, só pode ser conhecido através da história.

É assim que as questões sociais, favoráveis ou não à coesão da sociedade, se escalonam, ou seja, nas diferentes etapas do passado e é na condição de as situar devidamente no estrato histórico correto, de as classificar e relacionar com os diversos meios históricos onde nasceram, que é possível entendê-las e resolvê-las.

Deste modo, a resposta à indagação feita acima, exsurge de uma rápida consulta ao nosso passado colonial⁵³. No período colonial e logo após a independência política⁵⁴, no início do século XIX, com a abertura dos portos à navegação estrangeira e quebra de monopólios comerciais, a renda dos antigos senhores teve um sensível aumento. Todavia, como não tínhamos capitais em volume suficiente, nem fontes de trabalho livre para aproveitarmos todos os benefícios das medidas liberalizantes e nos pormos de conformidade com os novos fatos, apelamos, como sempre, para a ostentação, velho expediente de afirmação social. O caudal de estudantes para a velha Europa foi engrossado, não atrás de novos conhecimentos para moldar uma nação independente, mas em busca, tão-só, de um título que os habilitasse, aristocraticamente, junto à Corte. Cada família ansiava ter entre seus elementos um político, um padre e um militar. Eram as

⁵³ Ninguém contesta em relação aos países com passado colonial, a importância de conhecê-lo (passado) em suas minúcias históricas e míticas, para o entendimento preciso da realidade de hoje. O estudo, portanto, deste passado, eleva-se em dois níveis: 1- o que realmente aconteceu: nível histórico; 2- as idéias que o povo faz acerca do que aconteceu no passado, idéias estas, muitas vezes, selecionadas, distorcidas ou equivocadas: nível mítico.

⁵⁴ No Brasil, assim como em antigas colônias (sul-americanas) espanholas, a "independência" política foi obtida por um grupo fortemente ligado à metrópole, que continuou a dominar a população de origem não-européia. Criou-se, nesse sentido, uma situação colonial interna (sucessora da externa), cujos reflexos se fazem sentir até hoje.

dignidades que atendiam aos reclamos representativos da época.

O político, o padre e o general são as três pontas de lança da sociedade agrícola na direção dos novos acontecimentos – e não o comerciante, o industrial e o financista. Eles representavam, por um lado, a presença do espírito territorial nos postos-chaves da administração do país, com a missão de impedir que fossem mudadas as regras do jogo. De outra parte, exercendo atividades não profissionais – dependendo pecuniariamente da exploração de propriedades onde não moviam uma palha – seu canudo, sua sotaina e sua espada eram símbolos aristocráticos que davam um brilho novo e fulgurante ao orgulho ainda rústico das grandes famílias. Ninguém mandou o filho – como depois o faria a burguesia – a adquirir prática dos negócios e, muito menos, meter-se neles. Comprar e vender, ou simplesmente colocar a própria produção, eram operações medidas pelo dinheiro e, como tais, envolviam questões pequeninas, incompatíveis com a superioridade social dos grandes senhores. Para lidar com o vil metal existiam os comissários, os quais – do acordo com a filosofia patriarcal da época – eram gente que também precisava viver.

Era tão arraigado o preconceito do “trabalho baixo” que – quando as coisas se tornaram negras para os proprietários de terra – tornou-se muito mais imoral exercê-lo, do que usar posições e influências para tirar fatias no bolo das negociatas com o Estado⁵⁵, impedindo a ruína econômica com o parasitismo às rendas públicas. Com a soberania política (que nos libertou do círculo apertado dos interesses metropolitanos) e a inexistência de uma consciência nacional firme, a mentalidade proprietária se firmou e com ela todo um cortejo de hábitos e comportamentos viciosos, estendendo seu sistema radicular malfazejo até os dias de hoje. Eis aí o gancho histórico que explica, com folga, o atual familismo, nepotismo, apadrinhamento e tudo que tresanda a favorecimento nas estruturas corroídas da Administração Pública.

Se observarmos com atenção veremos que em nossa sociedade as relações de favor, de dependência, atravessaram a formação política brasileira. As classes dominantes do país se acostumaram a fazer do Estado brasileiro seu instrumento econômico privado por excelência⁵⁶.

⁵⁵ Limeira Tejo, *Retrato sincero do Brasil*, p. 135.

⁵⁶ Silene de Moraes Freire, *Estado, democracia e questão social no Brasil*, em: *Política social e democracia*, p. 169.

Claro que não podemos condenar um hábito coletivo que estava de acordo com determinadas circunstâncias nacionais da época. Mas devemos acusar e bater sobre o uso dessa herança nos tempos modernos, quando as circunstâncias sociais já não autorizam, e francamente, recriminam, a prática destes vícios morais, por não coincidirem com os ideais de progresso nacional. A história não apresenta um determinismo irracional; não é por sermos herdeiros deste hábito que temos de segui-lo. Os condicionamentos sociais d'antanho desapareceram com as centúrias e não podem legitimar a revivêscência de antigos comportamentos que cobram, invariavelmente, seu tributo ao progresso do país. Dentre estes comportamentos, o familismo é comparável a uma jazida de minério não-renovável, cujo uso e exploração por séculos esgotaram suas possibilidades.

O homem é essencialmente histórico, ou seja, varia de acordo com o lugar e o tempo. É variável por excelência. E é variável – atributo precípua da historicidade - porque cada geração toma como ponto de apoio para a sua vida o legado cultural herdado da geração precedente e de acordo com o avançar da vida social vai introduzindo modificações nessa herança cultural, compatíveis com as exigências do tempo em que vive. São acrescentados novos conhecimentos, novas experiências, invenções etc; outros aspectos são desprezados; e correções são implementadas. E este processo de variabilidade (*mudança social*) se manifesta de geração a geração e é responsável pelo progresso humano e social. Sempre, entretanto, haverá um ponto de partida: a herança cultural.

Há em antropologia filosófica o que se chama de *historicidade gnosiológica*, em que o passado sedimenta-se no sujeito cognoscente, plasma as suas faculdades cognitivas e influi sobre cada uma das suas atividades. A mente humana não é apenas uma *tabula rasa in qua nihil scriptum est*, mas um substrato que já tem sua forma a priori: a herança do passado.

O homem para progredir precisa preencher dois requisitos básicos aparentemente contraditórios. De um lado, ser capaz de aproveitar o passado e as conquistas obtidas por seus predecessores. Por outro, precisa ter a capacidade de tornar-se livre daquilo que foi ontem, estando apto a aceitar (e encontrar) novas formas e maneiras,

inclusive a coragem de corrigir e aumentar a herança cultural graciosamente recebida. Deve está preparado para avançar por sobre os túmulos, superando os limites traçados por pessoas já desaparecidas. Como vem inscrito nas lições filosóficas de Nietzsche, para poder viver o homem deve possuir a força de quebrar um passado e de destruí-lo, e é preciso que empregue essa força periodicamente.

É necessário limitar o respeito pelos antigos, dividindo com justiça nossa credulidade e desconfiança em relação ao passado. Se considerarmos que os antigos tivessem sido tão cautelosos no acréscimo dos conhecimentos recebidos, ou se os seus contemporâneos tivessem sentido as mesmas dificuldades em aceitar as novidades que lhes eram oferecidas (por um apego irracional ao tradicional), teriam os antigos se privado de seus inventos e descobertas, e deles privado a posteridade. Assim como os antigos só se serviram dos conhecimentos recebidos como meios para chegar a outros novos, e que essa feliz audácia lhes abriu caminho para grandes coisas e acontecimentos, devemos aceitar com o mesmo espírito aquilo que nos legaram e, seguindo-lhes o exemplo, convertê-lo em meio e não em fim de nosso estudo; e procurar, servindo-nos de suas lições e ensinamentos, superá-los.

Estranho é o modo por que reverenciam os sentimentos dos antigos, diz Blaise Pascal. Transformam em um crime contradizê-los, e em um atentado acrescentar-lhes o que quer que seja, como se não tivessem deixado verdades por se conhecerem. Não será isso tratar indignamente a razão humana e colocá-la a par do instinto dos animais, em suprimindo a principal diferença que consiste em que os efeitos do raciocínio aumentam sem cessar, enquanto permanece o instinto no mesmo estado?

Toda a série de homens no decurso de tantos séculos deve ser considerada como um só homem subsistindo sempre e aprendendo continuamente; donde se conclui quanta injustiça existe no respeito que dedicamos à antiguidade e a seus filósofos; se a velhice é a idade mais distante da infância, quem não percebe que a velhice nesse homem universal não deve ser procurada perto de seu nascimento, porém o mais longe possível dele? Aqueles a quem chamamos antigos eram na verdade novos em todas as coisas, e constituíam realmente a infância dos homens; e como acrescentamos a seus conhecimentos a experiência dos séculos que se seguiram, é em nós que podemos

encontrar essa antiguidade que veneramos nos outros⁵⁷.

Além disso, a verdade deve sempre levar vantagem sobre a força da antiguidade, ainda que recém-descoberta, pois será sempre mais velha que todas as opiniões anteriores a seu respeito, tendo em conta que ela já existia antes do momento em que passou a ser conhecida.

Como um ser social, o homem precisa de alguma forma se ligar ao passado, mas como indivíduo, ou seja, como um sujeito que vive por sua conta, tendo de elaborar uma forma própria de existência, pode libertar-se da tirania do passado, sem repeti-lo passivamente. As tradições e o passado, entretanto, não são simples informações por registrar, fazem parte da vida da pessoa, determinam suas perspectivas e suas projeções, seu modo de ver e de agir. Posta assim, assume a questão contornos simples: a sociedade é a base e o indivíduo o agente do progresso.

Há dois grandes obstáculos ao progresso humano e social: o hábito e a tradição. As pessoas agem, compelidas em grande parte, por hábitos e costumes arraigados. A assunção de uma nova prática requer a substituição de um anterior hábito. Tarefa complexa e difícil, dado a fixidez de antigos hábitos. Assim, o novo comportamento será encarado com desconfiança e prevenção, com forte tendência a ser rejeitado.

O respeito pelo passado ou a tradição, outro grande óbice à mudança social, representa um apego sentimental das pessoas ao antigo, ao tradicional, mesmo quando não apresenta nenhuma funcionalidade no presente.

Na apreciação sociológica do familismo, a origem histórica serve para esclarecer este instituto, é verdade, mas para evidenciar a funcionalidade na sociedade moderna assume papel secundário. O que importa é verificar nos dias de hoje sua funcionalidade estrutural para a sociedade. Desempenha um papel significativo na satisfação das necessidades sociais? E até que ponto os grupos sociais são, positivamente, favorecidos pelas redes de parentesco?

A família no mundo ocidental ao longo da história sofreu profundas transformações, que se acentuam cada vez mais. Todavia,

⁵⁷ Pascal, *Fragments de um tratado do vácuo*, em: *O pensamento vivo de Pascal*, p. 31.
326 - *Revista do Ministério Público do Estado do Amazonas* v. 6

muitos dos aspectos que a caracterizaram em períodos mais recuados, permanecem inalterados ainda hoje. Algumas dessas características, recebidas dos tempos antigos e que não parecem ajustar-se às circunstâncias sociais presentes, constituem o centro dos problemas com que se defronta a sociedade, especificamente, brasileira.

As distorções da família – conceitualizadas genericamente no familismo - se fazem sentir rápida e desastrosamente. As vantagens facilmente adquiridas, os favorecimentos ilegítimos, o nepotismo esdrachado – servidos pelo conduto do familismo - quebram a energia das vontades, adormecem a iniciativa e habituam o favorecido à inércia improdutiva diante de energias que se atrofiam; um *tedium vitae*. É tão certo o marasmo advindo das facilidades nepóticas, que se aplica aquele velho anexam devidamente adaptado às coisas do espírito: pai rico, filho nobre, neto pobre (orgulhoso e estúpido). Eis o ciclo que se perpetua alimentado pelo subsistema do familismo. É uma tendência inata ao ser humano proteger os seus iguais, corrompida geometricamente nos nepotes. A propósito, lembro-me de uma passagem de Diderot em seu famoso diálogo *O sobrinho de Rameau* (p. 78): “Os talentos não se transmitem como a nobreza, que é transmissível e cuja celebridade aumenta passando do avô ao pai, do pai ao filho, do filho ao neto, sem que o antepassado outorgue qualquer mérito ao descendente. **A velha cepa se ramifica num enorme caule de idiotas...**”, com mãos largas e imaginação curta, do berço à cova.

Vemos tal espetáculo retratado nos versos de Emerson:

“Curse, if thou wilt, thy sires,
Bad husbands of their fires
Who when they gave thee breath
Failed to bequeath
The needful sinew stark as once
The Baresark marrow to thy bones,
But left a legacy of ebbing veins,
Inconstant heat and nerveless reins –
Amid the Muses left thee deaf and dumb,
Amid the gladiators halt and numb”.

(“*Amaldiçoá, se queres, teus genitores,
Maus maridos de más esposas
Que ao te darem a vida
Deixaram de legar-te*”)

*A fibra antiga rija como outrora
Aos teus ossos a medula necessária,
Mas deixaram-te por legado veias decadentes,
Um ardor inconstante e entranhas sem energia -
Entre as Musas, deixaram-te surdo e mudo,
Entre os gladiadores, deixaram-te coxo e trôpego”).*

Privilégios e postos funcionais alcançados através da apadrinhagem e não do mérito pessoal, autoriza a acusação justíssima de que provêm do nada, são “aquisições” acidentais que não deitam raízes no agente e fica-lhe na posse porque nenhuma insatisfação individual ou coletiva mais incisiva contestou-lha. Tais benesses obtidas por estas vias tortuosas tendem no futuro, quando não no presente mesmo, a revelar o caráter e a qualidade do beneficiário: absolutamente negativo e desprezível. E isto porque, e aqui lembro as palavras de Jacques Maritain (1965:46), “tudo o que vem do nada tende por si ao nada”. O que o homem adquire por esforço próprio e merecimento é uma propriedade viva, permanente e firme, que não teme as conjunturas políticas ou administrativas, os estados de ânimo do dirigente ou governante de plantão, “nem os motins, nem as revoluções, nem o fogo, a tempestade, as bancarrotas, mas que se renova sempre, em qualquer lugar que esteja”.

Eis aí, portanto, a recompensa desses beneficiários das facilidades administrativas: nada. Se aliarmos o princípio aceito por todos de que a Natureza não se conforma com o vácuo e que nenhuma faculdade humana foi criada sem finalidade, fica fácil concluir que o esforço e a inteligência são mecanismos não apenas úteis, mas necessários ao desenvolvimento humano e social. A vida é uma batalha – que não se apieda dos apáticos, indiferentes, pusilânimes, parasitas etc. - na qual devemos mostrar nosso valor.

Do esmorecimento das energias sai o parasitismo, agarrado com suas ventosas e colchetes, para sobreviver, à famigerada rede protetora da apadrinhagem. O favorecido consome o tempo a mendigar ou a articular novas e mais ricas vantagens com seus tentáculos cobiçosos, molemente recostado nas facilidades do familismo - cada prazer da fortuna traz consigo a insaciedade, dizia antigo escritor nativo. O trabalho proficuo (e orgânico) para ele perde inteiramente valor e passa a ser uma indignidade, pois, afinal, enquanto a fonte de padrinhos

permanecer jorrando⁵⁸, enquanto os braços não perderem o falso brilho que seduz (nem tudo que reluz é ouro, diz velho e sábio ditério popular), enquanto a troca de favores for cavalheirescamente respeitada, nada há com que se preocupar. A vida, enfim, se oferece sem suor, como gozava Adão antes do pecado, mas com sangue alheio, acepipe precioso aos parasitas.

É a mais pura e genuína verdade: as gotas de suor do povo sofrido e esquecido se transformam em pingos de ouro para uma casta diminuta e privilegiada de aventureiros, que procura seu bem-estar às expensas e a despeito do trabalho dos outros. Parecem forjadas de um barro mais puro, mas, na verdade, são criaturas indolentes, a quem a *struggle for life* repugna e que se enchem de facilidades e privilégios sem escrúpulos ou moral certa. Ou nas palavras de Afonso Arinos de Melo Franco⁵⁹: sanguessugas do Estado que devoram os gozos da vida e arrotam o sofrimento dos humildes. Nenhuma consciência orienta suas vidas, nenhum ideal ou aspiração superior, senão a avidez do poder, de dignidade social e de honras.

A concorrência livre e saudável, sem auxílios artificiais e desleais, tendo como critério a capacidade e mérito de cada indivíduo constitui, positivamente, a bela luta pela vida, uma justa força selecionadora a agir na sociedade humana, responsável na natureza animal pela harmonia que tanto enche e seduz o olho humano (o homem apresenta uma “insaciável exigência de harmonia”, segundo Emerson). Mas no meio humano, de acordo com Alberto Torres (1978:42), a simpatia, a preferência, o espírito de classe e o coleguismo; confraternidades de toda a espécie – para não falar do nepotismo e de mais baixas formas de solidariedade – criam hierarquias, vantagens, superioridades e subalternidades, *que deslocam, se não neutralizam, completamente*, critérios e estalões da concorrência e do êxito.

A luta no trabalho e na indústria, superando a luta por facilidades, gera efeitos práticos inarráveis: extinção dos privilégios de casta, diminuição dos parasitas da sociedade, aproximação dos grupos sociais, aumento do número dos que trabalham, criando vínculos de elevada solidariedade com os seus iguais. E esta perspectiva possibilita que as condições de êxito social sejam, dada a igualdade das capacidades, iguais para todos, numa nova atitude psicológica e psico-social dos indivíduos em relação à coletividade.

⁵⁸ O rifão popular, *quem tem padrinho não morre pagão*, é, entre nós, filosofia bem fundada.

⁵⁹ *Pela liberdade de imprensa*, p. 106.

Mais uma vez sugere Alberto Torres que com o desenvolvimento da ambição, fundada no trabalho, apura-se o zelo pela sorte da família (não o degenerado familismo): o sentimento humano – disperso, até então, por toda espécie de crenças – torna-se objetivo, concentrando-se nos laços das afeições reais: o amor vai absorvendo a fé; a divindade vivifica-se nas diversas formas do ideal, que, para as almas mais simples, se resume no problema da sorte dos filhos. Enfim, às seduções de aventura sucede a ambição de segurança, de tranqüilidade, de paz, bases únicas do trabalho contínuo e previdente. A dignidade do esforço próprio é uma das grandes molas da efetivação democrática e criadora de solidariedade orgânica, conclusão a que todos chegam sem muita dificuldade.

No meio irracional, em que não há moral nem ética, onde predomina o instinto pura e simplesmente, o recurso às “artimanhas”, “ardis”, “desvios de astúcia”, não merece recriminação nem exprobração. É o reino da amoralidade, da “inocência universal”, onde não há mérito nem demérito. Entre os homens, entretanto, agentes morais por definição, os atos e comportamentos devem obedecer a uma escala de legitimidade moral e social, uma espécie complexa de judicatura ética⁶⁰. No mundo animal irracional, a regra é o emprego de todos os meios para a consecução dos fins sob o influxo de uma necessidade interna alimentada pelo determinismo do meio externo; no mundo humano racional dá-se o contrário. O homem pode guiar sua vontade pelo intelecto, fazendo o que este afirmar ser direito e reto, não sendo apenas um peão no tabuleiro de xadrez das forças sociais ou familísticas. Por isso é que o favoritismo e o nepotismo, como exceções ilegítimas à regra, devem ser impiedosamente atacados e eliminados. Combater essa tendência hereditária vale por curar uma forma de paralisia social.

Não há lugar para louvores ou censuras num mundo inteiramente determinista. Os animais inferiores ao homem, diz Lombardi, postos diante de um bem sensível proporcionado às suas exigências, não podem deixar de tender para ele, a

⁶⁰ A moral orienta o pensamento e determina a direção da ação. E o ser humano é dentro de sua consciência e no domínio do seu ser, uma unidade equilibrada pela razão, devendo encontrar nela a regra de sua conduta.

menos que um outro estímulo sensível mais intenso neutralize a primeira atração (*O homem e a história*, p. 155). É o determinismo sensitivo, o *apetitus naturalis* – segundo São Tomás de Aquino. O homem, entretanto, apresenta a capacidade de resistir aos estímulos sensíveis e renunciar livremente àquilo que antecipadamente sabe ser incapaz de saciá-lo. Ao *apetitus naturalis* – apetite sensitivo – junta-se o apetite intelectual. É a vontade.

Em sua *Autobiografia*, o destacado filósofo inglês John Stuart Mill revela o seu desejo no tempo (futuro) em que a sociedade não mais será dividida em duas classes: a dos indolentes e a dos operosos; e em que a divisão do produto do trabalho, ao invés de depender de circunstâncias de nascimento, como se dá, em grande parte, será feita de acordo com um rigoroso espírito de justiça⁶¹. Por esta época Mill lutava com um problema muito nosso conhecido: o problema da **pobreza imerecida** e, igualmente, da **riqueza imerecida**.

Na ebríez das conquistas facilitadas ceva-se o mérito de muitos tolos. É um tipo de gente que cobiça muito “mais a fortuna e o saber obtidos a golpe de sorte e de audácia, do que o saber e a fortuna que se constroem pela constância no estudo ou no trabalho”. Talvez até tenham inventado o adágio popular que diz ser o dinheiro dos trouxas patrimônio dos sabidos. Há um exemplo muito interessante dado por Vianna Moog que esclarece bem a pouca dignificação do trabalho e do esforço entre nós. Há um catedrático que não trabalha - conta-nos ele -, que passa meses sem cuidar de sua cadeira, e outro que é pura dedicação ao trabalho e ataca todos os pontos do seu programa com um sentido prático? Entre os dois, é freqüente não hesitarmos, preferindo o que não trabalha. A presunção geral é que o que não trabalha é culto, e não o outro. Saber, fama e fortuna à custa de esforços práticos não nos inspiram, em regra, grande respeito. O que realmente admiramos não é a cultura em ação, mas a cultura e o saber em disponibilidade. Desde o momento em que a cultura entra em ação e vai ser posta à prova, deixando de ser mero devanear no infinito incorpóreo da imaginação para descer ao mundo da ação, que o tempo e a experiência e as circunstâncias devem demarcar, começa a

⁶¹ *Apud* S. E. Frost Jr., *Basic teachings of the great philosophers*, p. 206.

deterioração da sua respeitabilidade, porque o que realmente se quer é que a cultura seja estática e abstrata e não dinâmica e prática (*Ob. cit.*, 1964:146).

E a consciência? E a virtude? Qual nada! Face às facilidades da vida, no reino das forças cegas, são relegadas a segundo plano, não entrando na craveira de prioridades e cogitações. Usam essas palavras com o mesmo automatismo de um homem ao cumprimentar outro com um “bom dia”. Vão além, desdenham da possibilidade de aperfeiçoamento moral do homem e fazem pouco caso das barreiras éticas. Não há arrepios de consciência nem remorsos. Tudo flui debaixo do caudaloso rio da conveniência, onde as consciências são penteadas e mundificadas, e as virtudes convenientemente esquecidas como que mergulhadas nas águas do lendário rio Estige. De que importa ser condenado por meia dúzia de moralistas se a multidão e o sucesso ditam a absolvição. Os fins justificam os meios. Rastejar, aviltar-se, prostituir-se é nada diante dos convenientes fins alcançáveis. Os seres humanos são feitos da frágil argila, que sob os efeitos das paixões e conveniências do momento se desfaz em lama.

E quanto aos princípios? Só dois têm importância no horizonte restrito do beneficiário: o princípio da subserviência ou aderência e do puxa-saquismo. Pelo lado dos beneficiadores: o princípio da autoridade. Os demais... pura perda de tempo; filosofices de quem não tem nada melhor para fazer ou perde seu tempo espiolhando bizantinices⁶². No corpo dessa equação de princípios da conveniência não entra de forma alguma a ingratidão e a insubordinação (consubstanciada esta última, num leve altear de voz ou no peso de alguns adjetivos mal alinhados). Incidir em tais erros significa a danoção do beneficiário, a desautoração, sem contemporização ou compaixão. É como se diz, o diabo tem uma capa com que cobre e outra com que descobre. A benevolência do beneficiador segue a todos que lhe devotam um silêncio acariciador, lisonjeiro, cúmplice. São regras fixas de um jogo implacável - a política do meio-termo, da moderação, que faz as delícias da mentalidade conservadora -, uma gangorra em que cada participante sabe exatamente o lugar que lhe cabe, a postura a assumir e o peso a aplicar no sobe-e-desce das conveniências.

⁶² Imagine se fôssemos adiante em nossa ousadia filosófica e falássemos sobre o amor à verdade, o amor ao bem e o amor à beleza, seria o mesmo que pedir um desconto no passe de internamento num manicômio. O ruído do escárnio ecoaria em nosso rosto!

O beneficiador é, num sistema de ajuda mútua, o outorgador de títulos, honrarias e privilégios a outros homens, o manancial, por assim dizer, da distinção. É, pois, o ápice de um sistema de classes, assim como de um sistema de poder. Faz-se respeitar pelas intrigas que estimula, em cuja urdidura alcança o êxito provisório da chefia gerencial de uma organização administrativa. É mestre em “cochicho”, fazendo lavrar entre os subordinados ódios e desavenças, fortalecendo-lhe a dominância pela secular máxima romana do *divide et impera*.

O que vai dito não difere muito da crítica de Emerson sobre os métodos praticados em seu tempo na busca de progresso e desenvolvimento individual. Tem o jovem talento e virtude?, indagava o sábio americano para uma platéia atenta. Então menos ainda progredirá, e, se progredir, deverá sacrificar todos os sonhos brilhantes da sua juventude e mocidade, como se fossem ilusões; deverá esquecer as preces da sua infância; e deverá tomar sobre si o arreio da rotina e da obsequiosidade⁶³.

Esses beneficiários dos privilégios, das exceções e do favoritismo lembram, em tudo e por tudo, os antigos mazombos coloniais⁶⁴, podendo-se afirmar, sem receio de equívoco, que são seus herdeiros diretos, na medida em que continuam a conceber a vida patriarcalmente, “ao jeito de autênticos patrícios à espera de novos privilégios”. A propósito do assunto, preciosa é a lição de Vianna Moog (1964:117):

“O mazombo não era pela igualdade política e muito menos pela igualdade social. Era antes, rasgadamente, pelo privilégio, contanto, naturalmente, que o privilégio fosse para ele. Sim, com o mazombo tudo era diferente. Com que tranquilidade pleiteava e aceitava o privilégio e a exceção! Que se não concedesse aos outros o que ele desejava, que contra os outros se invocassem as leis e os regulamentos, estava certo. Mas que nas vírgulas das escrituras se enredassem com ele, filho de senhor de engenho ou neto de bandeirantes, só por pirraça ou

⁶³ Extrato de uma conferência feita em Boston, a 25 de janeiro de 1841.

⁶⁴ Os mazombos eram filhos de portugueses nascidos no Brasil. Categoria social a que ninguém de bom grado gostava de pertencer e que era tratada pela gente reinol como “açúcar da pior espécie”, em alusão às suas origens dos engenhos do Brasil. Dentre as qualidades desta espécie estava o desamor ao lugar e à comunidade em que vivia. Somente tinham em alta conta os seus próprios interesses, na defesa dos quais moviam céu e terra, lisonjeando, transigindo e corrompendo.

provocação farisaica. Então não sabiam que tudo aquilo que lhe dessem ou concedessem estaria sempre aquém daquilo a que ele aspirava pelo favor que fazia de viver entre mestiços e botocudos? A vida para ele, filho de algo, devia ser uma soma de direitos e de privilégios; nunca uma soma de trabalhos, responsabilidades e deveres.

E aí de quem lhe negasse o que pleiteava! Ficava tomado de ódio e de ressentimento, um ressentimento tanto mais terrível para o seu equilíbrio emocional quanto acabava refluindo contra ele mesmo. E porque desaprendera a discriminar, sofria intensamente, assim pelos grandes como pelos pequenos motivos, e às vezes mais pelos pequenos do que pelos grandes. Gozando pouco com o que se lhe dava, sofrendo intensamente pelo que se lhe recusava, só de uma coisa não era capaz o mazombo: de alegrar-se com o trabalho.

Trabalhar?! Bem, quer dizer... Isto dependia. Se se tratasse de uma simples sinecura, com dinheiro certo para receber no fim do mês, à maneira de uma pensão vitalícia, muito bem. Na impossibilidade de uma mina de ouro, de um chefe ou de um protetor providencial, de uma concessão do governo para arrendar a terceiros, de uma advocacia administrativa graças à amizade de um ministro de Estado, não haveria fugir à sinecura. Nada, porém, que implicasse ter de trabalhar regularmente e organicamente, ou o que é pior, ter de confessar algum esforço às pessoas de suas relações, que trabalho duro foi feito para negro. Ademais, que vantagem ganhar a vida trabalhando honestamente? Onde o golpe, a mina de ouro?"

José de Alencar, no livro *Guerra dos mascates* (p. 106), revela a origem do vocábulo *mazombo*. Diz ele: "*Mazombo* era o título popular que tinham naquela época os principais, entre os nobres pernambucanos. A história, que nos conservou o vocábulo, hoje caduco, descuidou-se de transmitir a origem; de modo que, a não ser o precioso manuscrito desta crônica, não poderia o Instituto Histórico, apesar de profundas e sábias investigações, assentar opinião segura em tão escabroso assunto.

Tinha a destruição dos Palmares divulgado boa cópia de nomes africanos, empregados pelos negros na sua república. Zambi chamavam ao cabo supremo, a quem todos obedeciam; e muzambi, eram os grandes oficiais, do serviço do maioral, e

seus ministros.

Por desprezo, entraram os mercadores portugueses a alcunharem os nobres pernambucanos de *mazombos*, como para inculcá-los de cabecilhas de negros, querendo com isso lançar-lhes o labéu de gente de cor. É peço esse de nossos irmãos, que mais tarde inventaram com a mesma intenção o epíteto afrontoso de *pé-de-cabra*'.

Espantoso! O quadro pintado por Moog é uma descrição palpitante da realidade atual do país. Há engano nisso? Há má-fé ou maledicência? Exagero? Não. Nada de ilusões, o encaixe é perfeito à realidade vivida entre nós; parece feito sob encomenda para ilustrar a nossa abordagem e rasgar novos horizontes no questionamento inquietante sobre o caráter nacional. E isso nos leva a uma conclusão desoladora: muita pouca coisa mudou neste país, em termos sociais e morais, pois continuamos a ter uma fauna social composta por estes exemplares humanos, enamorados do prestígio das posições ("assaltantes de posições", na impiedosa terminologia adotada por Alberto Torres), espetacularmente aboletados no serviço público, com uma afeição egoísta aos privilégios que não se importam de justificar pelas virtudes de ciência, coragem e talento.

Não sem razão, Alberto Torres tinha como certo, que os países de origem colonial têm por móvel psíquico de formação a cobiça desordenada de aventureiros. Tanto a cobiça quanto os aventureiros ainda vagueiam, como almas penadas, entre nós, em busca do privilégio, da facilidade, da riqueza rápida e da fama. E enquanto estes bens não chegam, ou chegam em doses insuficientes, eles vão apurando a astúcia, o poder de sedução, a arte de fazer amigos e não criar desafetos. Segundo o mesmo Alberto Torres, esses hábitos perduram enquanto permanecem as condições sociais que os alimentam.

Observando-se o Brasil de hoje, escreve Caio Prado Júnior, o que salta à vista é um organismo em franca e ativa transformação e que não se sedimentou ainda em linhas definidas; que não *tomou forma*. É verdade que em alguns setores aquela transformação já é profunda e é diante de elementos própria e positivamente novos que nos encontramos. Mas isto, apesar de tudo, é excepcional. Na maior parte dos exemplos, e no conjunto, em todo caso, atrás daquelas transformações que às vezes nos podem iludir, sente-se a presença de uma realidade já muito antiga

*que até nos admira de aí achar e que não é senão aquele passado colonial*⁶⁵.

São dois Brasis: um arcaico, outro moderno. Fenômeno também percebido e referido por Jacques Lambert:

“No próprio interior do Brasil, apresenta-se de maneira bastante acusada a mesma diferença que separa um país novo e próspero, de um velho país colonial e miserável, diferença observada no plano internacional, por exemplo, entre os países novos do Prata e as velhas sociedades coloniais da América andina. O Brasil reproduz em seu seio os contrastes do mundo: nele encontramos aspectos que lembram os de Nova Iorque ou Chicago, ao lado de outros que evocam os da Índia e do Egito”⁶⁶.

No Brasil, há menos uma estratificação de classes sociais e mais uma justaposição de épocas históricas diversas, no dizer de Pedro Calmon. Há uma convivência de fragmentos do passado com o presente, sob o impulso para o futuro. Não é de espantar, portanto, que na sociologia de Gilberto Freyre esteja presente o desejo permanente de caracterizar o Brasil como uma reunião de elementos antagônicos e harmonização dos contrastes. “Considerada de modo geral, a formação brasileira tem sido (...) um processo de equilíbrio de antagonismos. Antagonismos de economia e de cultura. A cultura européia e a indígena. A européia e a africana. A africana e a indígena. A economia agrária e a pastoreil. A agrária e a mineira. O católico e o herege. O jesuíta e o fazendeiro. O bandeirante e o senhor de engenho. O paulista e o emboaba. O pernambucano e o mascate. O grande proprietário e o paria. O bacharel e o analfabeto. Mas predominando sobre todos os antagonismos, o mais geral e o mais profundo: o senhor e o escravo”⁶⁷.

É... Muitos reféns (ou *vítimas inconscientes*) dessa herança cultural do passado colonial buscam se proteger debaixo das asas da

⁶⁵ *Formação do Brasil contemporâneo*, p. 11.

⁶⁶ Jacques Lambert, *Le Brésil*, Librairie Armand Colin, Paris, 1953, p. 64.

⁶⁷ Gilberto Freyre, *Apud* Roger Bastide, *Brasil, terra de contrastes*, p. 11.

afilhadagem. Primeiro, por não ter outra fonte de inspiração para uma conduta moral mais elevada⁶⁸ - como já dito, a rede de parentes é tudo que têm; segundo, por saberem que quem tiver padrinho fará o que quiser, sem precisar recorrer às sutilezas da pecúnia ou, pior ainda, do trabalho extenuante. É um salvo-conduto contrabandeado contra as dificuldades da vida. *The cat would eat fish and would not wet her feet* – o gato quer comer o peixe sem molhar as patas.

E os apadrinhados como não obtiveram a vantagem funcional por trabalho e mérito próprios, educados que foram na ignorância do esforço, cultivam o ócio e o aplicam em afazeres mais proveitosos que o trabalho, como nas articulações políticas. E o efeito contagiante dessa prática (diria *círculo vicioso*) salta, por assim dizer, aos olhos, num óbvio processo de “bola de neve”. O behaviorismo nos legou uma acertada sentença: a de que as pessoas habitualmente tendem a fazer aquilo que são recompensadas por fazerem e não aquilo por que são punidas. Desse modo, se o trabalho é absorvente e não retribui em vantagens o tempo e o esforço despendidos, e se somente o jogo político alimentado pelo ócio do favorito garante futuras e mais gratas conquistas funcionais, então é melhor negócio por o trabalho em segundo plano – desincumbindo-se dele de forma burocrática e nada criativa - e trilhar a senda que rende frutos imediatos e recompensadores. Afinal para quê esgotar esforços que irão se perder, anônimos e invisíveis, no ventre corrupto da politiquice institucional? O resultado de tudo isso: perda de valores intelectuais com desastrosa influência de incapazes, cujos zurros e intrigas congestionam os corredores das repartições⁶⁹.

Assim, por contraste, o trabalho puro passa a ser visto com indignidade e desprezo, em função da degradação de um modo de vida antes tido em alta conta, mas desvalorizado ao impacto do espírito predatório de uma minoria privilegiada. Uma coisa exclui a outra: a admiração pelo trabalho predatório pelos frutos imediatos e facilitados que rende, impede a valorização do trabalho orgânico e produtivo. Cria-se, então, um quisto ocioso dentro da organização

⁶⁸ No exemplo do pai ou do avô? - indaga Vianna Moog, *ob. cit.*, p. 119. Como este exemplo é o único que lhe sobe à mente, aplica-se o lema do americano tradicionalista: “O que foi bom para o meu avô e para o meu pai deve ser bom também para mim”. Sentença que o acompanhará pela vida guiando-lhe as vistas míopes e traçando-lhe as pegadas a seguir.

⁶⁹ Se nós fizéssemos calar todos os acusacristos, os tolos com fumaças de autoridade, os ridículos vaidosos com plumagem de pavão real, reinaria nesta terra um silêncio sepulcral.
Revista do Ministério Público do Estado do Amazonas v. 6 - 337

administrativa cuja tendência é inchar sempre e cada vez mais, pelo afluxo de novos adeptos à prática predatória de benesses sociais, sem trabalhar.

É interessante observar o efeito contagioso dessa prática predatória. Os elementos, para não dizer os grupos, que assim se comportam despertam velhas atitudes de admiração pela força pessoal e pela esperteza raposina. Aos olhos da sociedade, ou mais restritamente dos demais agentes da organização administrativa, os indivíduos ou grupos são ainda mais dignos de admiração e temor pelos golpes de fortuna que protagonizam, enredando, intrigando e vitoriando em suas pretensões não convencionais. E essa admiração leva à prática da imitação, do proselitismo.

Na verdade, aqueles que se dedicam ao trabalho e vêem nele uma forma de ascensão social, tendem à insubmissão e ao ressentimento quando a aspiração não se concretiza diante dos favorecimentos nepóticos. Os grupos que ficam em uma posição de menos oportunidade ou de inferioridade social, diz MacIver, tendem a desenvolver, máxime em épocas de transição social rápida, ressentimento contra o exclusivismo da maioria dominante. Este estado de ânimo transforma-se em rebeldia contra toda a ordem social, assim como contra a autoridade que a sustenta. Quando isto se dá, perdem o respeito pela lei e mostram-se dispostos a violá-la em qualquer oportunidade⁷⁰.

Um grupo ou uma classe que se julgue excluída das oportunidades e vantagens de que outras classes injustamente desfrutam, passa a olhar rancorosamente o Estado, ou mais restritamente, a organização administrativa respectiva, como um poder estranho, um mero órgão de interesses dominantes.

Os princípios que regulam a nossa conduta perante a vida são semelhantes ao processo de adaptação dos organismos vivos. Através deste processo, as atividades fisiológicas se orientam, mecânica e inconscientemente, para o ponto de maior viabilidade de conservação da vida, do indivíduo ou da espécie. Os nossos atos, juízos e idéias, de modo equivalente, se orientam no sentido de melhor preservar a vida. Por este sucinto esquema, vemos o efeito maléfico que exerce sobre as consciências individuais a prática indecorosa do familismo, obrigando os indivíduos, por uma questão de sobrevivência funcional-

⁷⁰ *The Web of Government*, p. 83.

administrativa, a se adaptar às suas regras.

Recusado sucessivas vezes em promoção interna em determinada empresa, um executivo observa: Conforme já lhe disse antes, atrasei-me três anos na empresa por ter entrado na lista negra de alguém. Estou ficando mais experimentado e mais vivo sobre estas coisas. Eu sempre dizia aquilo que julgava que devia dizer, mas agora imagino que a empresa quer outras coisas de mim; por isso, **agirei como eles desejam. Não quero mais ser passado para trás**⁷¹.

Não podemos nos afastar de uma funesta conclusão: de que muitos carregam as correias às costas, com religiosa abnegação e sem descanso, para alguns poucos privilegiados se refestelarem gostosamente no doce vaivém das comodidades. Ao ônus do trabalho não vêm os bônus da recompensa. Há, portanto, um misto de desencanto e injustiça, que alimenta a dúvida persistente sobre o efetivo valor do trabalho, do aperfeiçoamento intelectual e da dedicação messiânica aos fins institucionais de determinada organização administrativa.

Somos capazes de um esforço rigoroso na busca de soluções? Teremos a inteligência e a energia necessárias para nos desvencilhar de velhos hábitos que nos são agradáveis e cômodos, por um lado, mas impedem a livre evolução da sociedade? Onde encontrar energia para superar os obstáculos e limá-los? A fé nesta possibilidade e neste esforço concentrado para as necessárias reformulações não conhece limites na alma piedosa dos reformistas.

5. Conclusão

Aderir a inovações no campo do familismo é muito difícil, não porque a cultura brasileira seja infensa a mudanças. Não. O problema é que o beneficiário do patronato ao por na balança da conveniência as vantagens e desvantagens de eventual abandono desta prática tradicional em confronto com a livre competição, vê os prejuízos de uma adesão definitiva e retorna ao regaço protetor da apadrinhagem, onde as

⁷¹ Paul R. Lawrence, *apud* Joseph H. Litterer, *Análise das organizações*, p. 326.

vantagens continuam sendo maiores e certas, sem o contraponto do esforço árduo. O nosso espírito propende para o menor esforço e se há um hábito a impulsioná-lo, a facilidade para aderir à lei do mínimo esforço aumenta. A mudança comportamental fica, por isso, a meio caminho da adesão: na fase de experimentação.

A mudança histórica ou social depende de dois fatores: 1- existência de um ambiente social estimulador do pensamento individual; 2- que as inovações e mudanças realizadas por alguns indivíduos, ou até mesmo as críticas desfechadas contra antigos modos coletivos, sejam aceitas favoravelmente e com facilidade, com predominância de uma atitude em prol das mudanças progressistas. A combinação desses dois fatores dá uma idéia aproximada da atitude preponderante no grupo ou na sociedade relativamente à mudança.

Quando um estado social, mesmo que contraproducente, resiste um certo tempo, as pessoas maleáveis não tardam em adaptar-se: por uma espécie de perversão dos instintos sociais elas acabam por ter necessidade deste estado de coisas tal como se ele fosse normal e natural.

De uma coisa, entretanto, os cientistas sociais não têm dúvida: a tradição e a ligação à família são encarados como obstáculos para a modernidade e o desenvolvimento, embora estes fatores variem de um contexto para outro. E como tais vícios estão ligados à infância do indivíduo, assim como à infância histórica do povo, fica difícil elaborar um esquema científico capaz de desenvolver um senso moral, um espírito equilibrado e justo, em sua forma individual e coletiva. Em verdade, como a sociedade atual só se tem ocupado de valores materiais, desprezando os problemas humanos mais importantes, há uma relativa ignorância sobre as condições reais de desenvolvimento de certas atividades não-intelectuais, como o senso moral – que é tão indispensável quanto o sentido da vista ou do ouvido, pois o hábito de distinguir o bem do mal deve ter a mesma nitidez da distinção entre luz e obscuridade, ou silêncio e barulho.

O protecionismo, o favoritismo e o privilégio, como símbolos da gênese primitiva de nosso passado colonial, romantizados até na nossa literatura⁷², a despeito de movimentos sociais contrários que tentam substituir essas revelhas imagens por outras mais adequadas

⁷² Exemplo é o personagem José Dias, da obra *Dom Casmurro*, de Machado de Assis, que quintessencia o apego ao passado, a despreocupação com os aspectos morais da vida e o desprezo pela dignidade do trabalho.

aos novos tempos, ainda continuam a vigorar por toda parte com um sensível raio de influência. O móvel psíquico de nossos ancestrais foi incorporado à imaginação popular e à cultura brasileira, habituando as inteligências a trazerem à mão o livro das graças, das esmolas e da pedincha, em lugar do esforço próprio, do trabalho e da produção. Tudo resulta numa sociedade, cuja estrutura pesada resta impregnada de alguns erros do passado.

Não obstante a dificuldade em modificar parâmetros mentais adquiridos na infância, somos, em certa medida, senhores de algumas ações voluntárias. Por esforço próprio podemos modificar nossos hábitos de pensamento e de vida. Esta renovação individual é um tributário indispensável no imenso caudal da reforma das instituições. Não é, como se diz, no tumulto da praça pública que as revoluções começam, mas no íntimo do coração dos homens.

As inovações, os novos hábitos, os novos matizes comportamentais, como contribuições individuais, tendem com o tempo a interferir e se combinar com os modos coletivos degenerados e preexistentes. Essas contribuições inovadoras, embora sendo obra individual, podem inviscerar-se na sociedade e incorporar-se ao uso anterior, modificando-o.

Não custa sonhar. Acreditar que através do sonho pode-se alcançar a realidade idealizada, parece ingenuidade, mas se o sonho é coletivo, as possibilidades de concretizá-lo se multiplicam e passamos a ter o santo-e-senha para as ansiadas mudanças de comportamento; sempre é melhor acreditar na bondade natural do ser humano e em sua capacidade de aperfeiçoamento moral, fiando-se mais nas lições otimistas de Rousseau do que nas de Maquiavel; acreditar, enfim, que a vida pode se integrar num dever coletivo e não numa estéril busca de prazer, riqueza e mando. Esperemos e não nos apressemos, tudo vem a seu tempo e modo; e a vida nos ensina a ter paciência, a esperar que o fruto amadureça antes de sacudir o galho.

Referências bibliográficas

- BACON**, Francis. (2002), *A sabedoria dos antigos*. São Paulo, Unesp.
- BALEEIRO**, Aliomar. (1957), *A política e a mocidade*. Bahia, 7ª. edição, Progresso.
- FAORO**, Raymundo. *Os donos do poder— formação do patronato político brasileiro*,

- FERREIRA**, Pinto. (1988), *Manual de sociologia e de pesquisa social*. 3ª edição, Rio de Janeiro, Forense.
- GEORGE**, Pierre. (1975), *Population et peuplement*. Tradução de Inês Duarte Ferreira e Vera Fatcher Pereira, São Paulo, Difel.
- GOLDTHORPE**, J. E. *Sociologia do terceiro mundo – disparidade e desenvolvimento*, Zahar.
- KOENING**, Samuel. (1970), *Sociology - An Introduction to the Science of Society*. Tradução de Vera Borda, Rio de Janeiro, Zahar.
- LAMBERT**, Jacques. (1953), *Le Brésil*. Paris, Librairie Armand Colin.
- LAVIGNE**, Jacques. (1958), *L'Inquiétude humaine*. Tradução de Costa Maia, Porto, Asa.
- LITTERER**, Joseph A. (1977), *The analysis of organizations*. Tradução de Auriphebo B. Simões, 1ª edição, 2ª Tiragem, São Paulo, Atlas.
- MERCADANTE**, Paulo. (1980), *A consciência conservadora no Brasil*. 3ª edição, Rio de Janeiro, Topbooks.
- MONDIN**, Battista. (1980), *L'uomo: chi è? Elementi di antropologia filosofica*. Tradução de R. Leal Ferreira e M. A. S. Ferrari, 3ª. Edição, São Paulo, Paulinas.
- MOUSNIER**, Roland. (1974), *As hierarquias sociais – de 1450 aos nossos dias*. Lisboa, Publicações Europa-América.
- SICHES**, Recásens. (1970), *Tratado General de Sociologia*, Vol. I. Tradução de João Baptista Coelho Aguiar, Porto Alegre, Globo.
- TREDGOLD**, R. F. (1965), *Relações humanas na indústria moderna*. Rio de Janeiro, Zahar.